



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXVIII — 69.º DA REPÚBLICA — NUM. 18.745

BELEM — SABADO, 3 DE MAIO DE 1958

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1958

O Governador do Estado:

resolve nomear de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Newton Sales de Araújo, para exercer, interinamente, o cargo de Investigador, padrão G, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais do D. E. S. P., criado pela Lei n. 1.491, de 19.8.1957.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de abril de 1958.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 24 DE ABRIL DE 1958

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Djalma Machado, para exercer, interinamente, o cargo de Investigador, padrão G, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais do D. E. S. P., criado pela Lei n. 1.491, de 19.8.1957.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de abril de 1958.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

(*) DECRETO DE 25 DE ABRIL DE 1958

O Governador do Estado: resolve dispensar Pedro Manoel de Vilhena da função de comissário de polícia em Guajará-Miri, município do Acará.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 25 de abril de 1958.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

(*) Reproduzido por ter saído com incorreções no DIÁRIO OFICIAL n. 18.742, de 29-4-58.

(*) DECRETO DE 25 DE ABRIL DE 1958

O Governador do Estado: resolve nomear José Pereira da Silva Filho para exercer a função de comissário de polícia em Guajará-Miri, município do Acará, vaga com a dispensa de Pedro Manoel de Vilhena.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Palácio do Governo do Estado do Pará, 25 de abril de 1958.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

(*) Reproduzido por ter saído com incorreções no DIÁRIO OFICIAL n. 18.742, de 29-4-58.

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1958

O Governador do Estado: resolve exonerar Luiz da Costa Moraes do cargo de escrivão do Commissariado de Polícia no lugar Meruú, município de Igarapé-Miri.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1958.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
Aurélio Corrêa do Carmo
Secretário de Estado do Interior e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1958

O Governador do Estado: resolve nomear Raimundo de Castro Barbosa para exercer o cargo de escrivão do Commissariado de Polícia no lugar Meruú, município de Igarapé-Miri, vago com a exoneração de Luiz da Costa Moraes.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1958.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 1958

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimunda Coutinho Fátima, para exercer, interinamente, o cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1958.
General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE ABRIL DE 1958

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Antonia Pimentel, de Sena, para exercer, efetivamente, o cargo de Diretor de Grupo Escolar da Capital, padrão J, do Quadro Único, vago com a aposentadoria de Donatila de Oliveira Santana Lopes.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de abril de 1958.

General de Brigada JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA
Governador do Estado
José Cardoso da Cunha Coimbra
Secretário de Estado de Educação e Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

Despachos exarados pelo Exmo. Sr. General Governador do Estado, com o Sr. Secretário de Estado do Governo.
Em 2-5-58:

Petições

0211 — De Anyisio Lins de Vasconcelos Chaves. — Certifique-se na forma da Lei.

2243 — de Raimunda Ferreira Cardoso, solicitando o pagamento dos funerais de sua irmã, ex-funcionária do Estado, Rosa Ferreira Cardoso. — Ao S. F. para informar.

0210 — de Abdias Beckman. — Informe a S. E. F.

00808 — de Cibineteves Aranha, solicitando licença para tratamento de saúde. — Concedo vir a Belém, para se submeter a inspeção da saúde, pela junta. Ao S. E. C. para tomar conhecimento e determinar ao Presidente do Conselho Escolar a substituição da

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

Convocação da Assembléia Geral
Em nome do Exmo. Senhor Gen. Governador do Estado, convido os senhores acionistas do Banco Rural Hipotecário do Pará S/A para uma reunião de Assembléia Geral, a realizar-se no dia seis (6) de maio próximo vindouro, no Palácio "Lauro Sodré", às dezesseis (16) horas, a fim de tratar de assunto referente à dissolução do referido Banco.

Belém, 29 de abril de 1958. —
(a.) José Pessoa D' Oliveira, respondendo pelo expediente da Secretaria de Estado de Governo.

(Dias 1, 3 e 6/5/58)

professora, paga pelo pro-labore. Ofícios

N. 98, do Instituto "Lauro Sodré", fazendo comunicação. — Aprovado. Ao Cap. Amorim para as anotações.

N. 113, da Biblioteca e Arquivo Público. — Ao D. S. P. para dizer sobre o que informa o S. E. C.

N. 143, Relatório da Secretaria de Produção, em que são interessados diversos funcionários. — Ao Dr. Sec. de Estado de Produção, para esclarecer por que foi designado um auxiliar de veterinário para serviços de terras.

N. 339, da Secretaria de Estado do Governo, encaminhando o expediente da Secretaria de Finanças, referente ao Educandário "Nogueira de Faria". — Ao S. E. P. para dizer sobre o que pede a Comissão encarregada da fiscalização.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Despachos proferidos pelo Exmo. Sr. General Governador do Estado, com o Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça.
Em 29-4-58:

Ofícios

Sr. do Departamento Estadual de Segurança Pública, autos de processo administrativo instaurado contra o funcionário Pedro Maria Caldeira, Chefe de Expediente, lotado na Corregedoria do D. E. S. P. — "Tendo ficado provado no presente processo administrativo a prática do fato apurado, isto é, o exercício de atividade proibida ao funcionário público, o que constitui a infração prevista no item 6.º do art. 175, da Lei n. 749, de 24-XII-53. — Estatuto dos Funcionários Públicos, resolvo aplicar ao acusado Pedro Maria Caldeira, Chefe de Expediente, lotado na Corregedoria do Departamento Estadual de Segurança Pública, a pena de demissão prevista no artigo 186, da Lei acima referida, do mencionado cargo de Chefe de Expediente lotado na Corregedoria do Departamento Estadual de Segurança Pública. Publique-se no DIÁRIO OFICIAL o inteiro teor desta decisão. — A. S. J. para as devidas

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**GOVERNADOR DO ESTADO:****General de Brigada JOAQUIM DE MACHALHAES CARDOSO BARATA****SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO:****Sr. BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO****SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:****Dr. AURELIO CORREA DO CARMO****SECRETÁRIO DE FINANÇAS:****Sr. OSCAR NICOLAU DA CUNHA LAUZID****SECRETÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA:****Dr. HENRY CHECRALLA KAYATH****SECRETÁRIO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO:****Dr. JARBAS DE CASTRO PEREIRA****SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:****Dr. JOSÉ CARDOSO DA CUNHA COIMBRA****SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO:****Dr. JOSÉ MENDES MARTINS****IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ****RUA DO UNA, 32 — TELEFONE: 6262****Sr. MANOEL GOMES DE ARAUJO FILHO****Diretor****PEDRO DA SILVA SANTOS****Redator-Chefe**

Matéria paga será recebida: — Das 8 às 13,30 horas, diariamente, exceto aos sábados

ASSINATURAS**CAPITAL:**

| | | |
|----------------------|------|--------|
| Anual | Cr\$ | 800,00 |
| Semestral | " | 500,00 |
| Número avulso | " | 2,00 |
| Número atizado | " | 3,00 |

ESTADOS E MUNICÍPIOS:

| | | |
|-----------------|------|----------|
| Anual | Cr\$ | 1.000,00 |
| Semestral | " | 600,00 |

O custo do exemplar atizado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 3,00 ao ano

PUBLICIDADE:

1 Página de contabilidade, 1 vez Cr\$ 1.200,00
 1 Página comum, uma vez 900,00
 Publicidade por mais de 2 vezes até 5 vezes inclusive, 10 % de abatimento.
 De 5 vezes em diante, 20 %, idem.
 Cada centímetro por coluna — Cr\$ 10,00

EXPEDIENTES

As Repartições Públicas deverão remeter o expediente devido à publicação nos jornais até às 14,00 horas, exceto aos sábados.

— As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões deverão ser encaminhadas, por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 14,30 horas, e, no máximo, 24 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser datilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, as rasuras e emendas.

— A matéria paga será recebida das 8 às 14,00 horas, nesta 1.ª e no posto coletor à rua 13 de Maio, das 8,00 às 11 horas, exceto aos sábados.

— Exceções às para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

— Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior ao endereço vão impressas o número do talão do registro, o mês e o ano em que vence.

— A fim de evitar interrupção de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

— As Repartições Públicas dirigirão-se às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as institucionais, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de eschevências solicitamos aos assinantes clientes, quanto à sua publicação, preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

fins.
 — N. 198, do Departamento Estadual de Segurança Pública, encaminhando a petição n. 0126, de Francisco Assis dos Santos, guarda civil de 3.ª classe, solicitando equiparação. — Deferido. Ao D. S. P. para o ato.

— N. 283, do Tribunal de Justiça do Estado, remetendo um abaixo assinado de pessoas residentes no Município da Vigia. — Ao dr. S. I. J. para mandar proceder "in loco" o inquérito para apurar a presente denúncia.

— N. 326, da Assembleia Legislativa, encaminhando as Leis ns. 1.529, 1.530, 1.531 e 1.532, de 25-3-58, promulgadas pela mesma. — Ao dr. S. I. J.

— N. 21, da Associação dos Ex-combatentes do Brasil, Seção do Pará, fazendo solicitação. — Ao Diretor em exercício do Instituto "Lauro Sodré" para opinar.

— N. 4, da Loteria do Estado do Pará, comunicando ter entregue à Tesouraria da Santa Casa de Misericórdia, no mês de março, a importância de Cr\$ 475.000,00, produto das extrações ali havidas. — Visto. Em 23-4-58:

Cartas
 N. 100, de Otávio Vieira da Silva, comissário de polícia em Bujará. — Ao dr. S. I. J. Em 30-4-58:

N. 102, de Alcebiades Augusto Ferreira, Belém. — Não há vagas disponíveis no momento.

— N. 106, de João Messias Santos, Breves. — Ao dr. S. I. J. para baixar o ato.

— N. 107, de João Messias Santos, Breves. — Ao Diretor do Educandário "Nogueira de Faria" para que informe sobre a presente denúncia.

GABINETE**DO SECRETÁRIO**

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça.

Em 25-4-58:

Ofícios

N. 275, do Tribunal de Justiça do Estado, prestando informação.

— Dar ciência e arquivar.

— N. 282, do Tribunal de Justiça do Estado, sobre o preso Francisco Raimundo da Silva.

1.º) A D. E. para telegrafar, 2.º) dando conhecimento ao Exmo. Sr. Presidente do T. J. E.

— N. 185, da Estrada de Ferro de Bragança, encaminhando contas de telegramas transmitidos. — A D. E. para os devidos fins.

— N. 186, da Estrada de Ferro de Bragança, encaminhando contas de passagens requisitadas. — A D. E. para os devidos fins.

— N. 227, do Departamento Estadual de Segurança Pública, propondo a nomeação de Leonardo Teareiro Aranha, sinalheiro de 1.ª classe, para o cargo de 2.º fiscal, lotado na D. E. T. — A Superior Consideração do Exmo. Sr. General Governador do Estado.

— N. 228, do Departamento Estadual de Segurança Pública, solicitando o pagamento do aluguel do prédio onde funciona o Comissariado de Polícia da Vila de Americano, Município de João Coelho. — A S. F.

— N. 5, da Câmara Municipal da Vigia, fazendo comunicação. — Agradecer e arquivar.

— N. 109, da Polícia Militar, prestando informação. — Dese conhecimento e arquivar-se.

— S/n, da Assistência Judiciária do Cível, solicitando publicação de edital, em que é interessada Claudemira Talhamanga dos Santos. — A D. E. para os fins solicitados.

Petições

Em 25-4-58:

0114 — Martin, Representações e Comércio S/A, "Marcosa", firma comercial estabelecida nesta cidade à rua Gaspar Viana ns. 124 a 126, solicitando pagamento de peças fornecidas a P. M. — Encaminhe-se ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**Departamento de Receita****ARRECAÇÃO DO DIA 30 DE ABRIL DE 1958**

Renda de hoje p/lo Tesouro 4.810.224,90
 Renda de hoje comprometida 206.795,50

Total de hoje 5.017.020,40
 Total até ontem 42.228.147,10

Total até hoje 47.245.167,50
 Total até 31 de março 108.004.630,40

Total Geral Cr\$ 155.249.797,90

Visto: pelo Diretor ilegível. Confere B. Bolonha, Contador.

DEPARTAMENTO DE DESPESA**Tesouraria**

Saldo do dia 29/4/1958 7.527.923,30
 Renda do dia 30/4/1958 2.054.856,80
 Recolhimentos e descontos 22.362,90

Soma Cr\$ 9.605.142,80
 Pagamentos efetuados no dia 30/4/58 1.682.879,30

Saldo para o dia 2/5/1958 Cr\$ 7.922.263,50

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**Conselho Rodoviário****RESOLUÇÃO N. 278 — DE 8 DE ABRIL DE 1958**

Aprova o Regimento Interno do Serviço Municipal de Estradas de Rodagem de Belém.

O Conselho Rodoviário, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica aprovado o Regimento Interno do Serviço Municipal de Estradas de Rodagem de Belém, que acompanha a presente Resolução.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário. Sala das sessões do Conselho.

Rodoviário, em 8 de abril de 1958. — (a.) Engenheiro Jarbas de Castro Pereira, Presidente
REGIMENTO INTERNO DO S.M.E.R. DE BELÉM

CAPÍTULO I

Da finalidade do Serviço Municipal de Estradas de Rodagem.

Art. 1º. O Serviço Municipal de Estradas de Rodagem (S. M. E. R.), órgão integrante da Prefeitura Municipal de Belém, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Prefeito de Belém, criado nos termos da Lei Municipal n. 533, de 23 de maio de 1949 e em cumprimento ao art. 7º. da Lei Federal n. 302, de 13 de julho de 1948, terá sua organização de acordo com o que estabelece o presente Regimento, devidamente aprovado pelo Conselho Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.).

Art. 2º. Ao S.M.E.R. compete:

a) elaborar o Plano Rodoviário Municipal, procedendo a revisão periódica, de acordo com o D.E.R. Estadual, de cinco em cinco anos, pelo menos;
 b) dar execução sistemática a esse Plano, quer por administração direta ou por contratos, efetuando ou fiscalizando os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos e melhoramentos das rodovias municipais;

c) conservar permanentemente as rodovias municipais;

d) conceder, autorizar e fiscalizar a exploração dos transportes coletivos nas rodovias municipais, observando o dispositivo do art. 2º., n. 4, da Lei Estadual n. 157, de 29-12-948;

e) conceder licença para a colocação de postes, anúncios, postos de gasolina e outras utilizações compatíveis com o local na faixa de domínio das rodovias municipais;

f) apresentar ao Prefeito Municipal, para que submeta à aprovação do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, os planos de operações de crédito ou financiamentos de qualquer natureza que tiverem de ser garantidos pelas quotas do Fundo Rodoviário Nacional pertencentes ao Município de Belém;

g) prestar anualmente até 31 de janeiro de cada ano, ao Departamento de Estradas de Rodagem, contas pormenorizadas de aplicação integral aos fins a que se destinam as quotas do Fundo Rodoviário Nacional, recebidas no exercício anterior, acompanhadas da demonstração sobre a execução do orçamento do referido exercício;

h) facilitar ao Departamento de Estradas de Rodagem, o conhecimento das atividades rodoviárias do Município, permitindo-lhe verificar a perfeita observância das condições para o recebimento das quotas do Fundo Rodoviário Nacional;

i) adotar as mesmas normas técnicas e administrativas, inclusive a mesma nomenclatura, vigentes no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Departamento de Estradas de Rodagem;

j) manter-se em constantes comunicações com o D.E.R. Estadual, dando-lhe pleno e imediato conhecimento da situação exata da viação rodoviária municipal, inclusive das leis e demais disposições que regulamen-

tam ou vierem a regulamentar;

k) estimular por todos os meios hábeis a propaganda de estradas de rodagem, dando publicidade, quando possível, não só de suas próprias atividades, como também de estudos sobre a técnica, economia e administrações rodoviárias e demais assuntos relativos ao tráfego em estradas de rodagem;

l) elaborar anualmente, na época devida, o programa e orçamento das obras a serem executadas no exercício seguinte;

Parágrafo único. Para os fins da alínea b, do presente artigo, consideram-se rodovias municipais as estradas ou logradouros que tenham sido incluídos no Plano Rodoviário Municipal.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 3º. O S.M.E.R. será dirigido por um Engenheiro Civil, designado ou nomeado em comissão, pelo Prefeito Municipal, e terá quadro próprio de funcionários.

Art. 4º. O quadro de funcionários referido no artigo anterior, ficará assim constituído:

DIRETORIA

1 Engenheiro Diretor, em comissão;

1 Assistente Técnico, de provimento efetivo;

1 Consultor Jurídico, de provimento efetivo;

1 Secretário, de provimento efetivo;

1 Datilógrafo, de provimento efetivo;

1 Contínuo, de provimento efetivo;

1 Motorista.

SEÇÃO DE CONSTRUÇÃO

1 Engenheiro Chefe, de provimento efetivo;

1 Topógrafo, de provimento efetivo;

1 Auxiliar de Engenheiro, de provimento efetivo;

1 Datilógrafo, de provimento efetivo;

1 Motorista.

SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO

1 Engenheiro Chefe, de provimento efetivo;

1 Auxiliar de Engenheiro, de provimento efetivo;

1 Capataz Geral, de provimento efetivo;

1 Fiscal Apontador, de provimento efetivo.

SEÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

1 Engenheiro Chefe, de provimento efetivo;

1 Desenhista, de provimento efetivo;

1 Topógrafo, de provimento efetivo.

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1 Chefe de Expediente, de provimento efetivo;

1 Contador, de provimento efetivo;

1 Tesoureiro, de provimento efetivo;

1 Almoxarife, de provimento efetivo;

1 Auxiliar de almoxarife;

1 Pagador, de provimento efetivo;

1 Datilógrafo, de provimento efetivo;

1 Contínuo, de provimento efetivo.

Parágrafo único. Poderão ser aproveitados no quadro do S. M. E. R. funcionários da Prefeitura Municipal de Belém ou estranhos que apresentem reconhecida capacidade e idoneidade.

Art. 5º. Além do pessoal

permanente, poderá o S. M. E. R. admitir, para serviço de caráter transitório, pessoal extra-numerário, dentro das verbas respectivas, e de acordo com as referências do salário em vigor.

Art. 6º. A nomeação do pessoal permanente será de alçada do Prefeito Municipal e a admissão do pessoal extra-numerário da do Diretor do S. M. E. R.

Art. 7º. Aplicar-se-á ao pessoal permanente do S. M. E. R. a legislação em vigor sobre os funcionários efetivos da Prefeitura Municipal de Belém e do D.E.R.-Pa., naquilo que lhe for aplicado.

Art. 8º. O S.M.E.R. terá um Conselho Executivo, formado pelo Diretor, Assistente Técnico, Consultor Jurídico e Chefes das Seções de Construção, Conservação, Estudos e Projetos e Administração e Finanças.

Art. 9º. É de competência do Conselho Executivo do S. M. E. R.:

a) elaborar, até 30 de novembro, com os dados fornecidos pelas seções competentes, o orçamento anual do S. M. E. R. para o exercício seguinte;

b) elaborar em cada cinco anos, o Plano Rodoviário Municipal para o quinquênio seguinte;

c) aprovar contratos de obras, quando adjudicados a terceiros;

d) resolver sobre casos onde a legislação do pessoal permanente da Prefeitura Municipal de Belém entrar em contradição com o Departamento de Estradas de Rodagem;

e) aprovar as operações de crédito financeiro necessárias aos programas anuais de trabalho;

f) aprovar a alienação dos bens do S.M.E.R..

§ 1º. As sessões do Conselho Executivo serão presididas pelo Diretor do S.M.E.R., devendo haver nelas sempre a cordialidade suficiente para que sejam feitas, entre os diversos participantes, críticas construtivas dos trabalhos desenvolvidos pelas diversas seções.

§ 2º. O Conselho Executivo deverá reunir-se, obrigatoriamente, ao menos uma vez por mês.

CAPÍTULO III

Das atribuições do pessoal

Art. 10. Compete ao Diretor do S.M.E.R.:

a) orientar, dirigir e fiscalizar as atividades do S.M.E.R.;

b) promover as execuções e atividades aprovadas pelo Conselho Executivo, fiscalizando os trabalhos;

c) baixar portarias, instruções e ordens de serviço;

d) organizar, conforme as necessidades dos serviços, turmas de trabalho com horário especial;

e) providenciar quanto à instalação, inventário e boa conservação de tudo quanto pertença ao S.M.E.R.;

f) admitir e dispensar, nos termos do Regimento, o pessoal extranumerário;

g) propor ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades aos servidores do S.M.E.R., bem como a instauração de processos administrativos;

h) abrir os livros destinados à escrituração;

i) elaborar e assinar contratos de serviços, obras, aquisições de materiais, equipamentos e apare-

lhamento em geral e locação de imóveis, mediante aprovação do Prefeito Municipal;

j) visar folhas de pagamentos dos trabalhadores, cheques e recibos;

k) visar folhas de pagamento de mensalistas, ajuda de custo e diárias;

l) fiscalizar os serviços de escrituração do Serviço e assinar a correspondência;

m) visar mapas cartográficos do Município, onde estejam delineados os serviços a serem executados;

n) prestar detalhadamente informação ao Prefeito sobre os serviços de campo e de escritório, bem como ao D.E.R. Estadual e ao Conselho Rodoviário do Estado, quando solicitadas;

o) representar o S. M. E. R. ativa e passivamente em todos os atos de sua vida administrativa, sempre que seja preciso comparecer como órgão autônomo do Município;

p) prestar anualmente, até 31 de janeiro de cada ano, ao Prefeito Municipal e ao Conselho Rodoviário do Estado, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, contas pormenorizadas da aplicação integral, aos fins que se destinam, das quotas do Fundo Rodoviário Nacional e da dotação da Prefeitura Municipal de Belém, bem como das outras fontes de renda, acompanhadas de relatório sobre a execução do orçamento do referido exercício;

q) apresentar ao Sr. Prefeito Municipal, no tempo devido, relatório e prestação de contas anuais, que deverão ser encaminhadas, após a aprovação, ao Departamento de Estradas de Rodagem;

r) submeter ao Prefeito Municipal, devidamente informados quaisquer outros assuntos de sua competência e prestar-lhe todas as informações solicitadas;

s) aprovar a tabela de férias do pessoal do S.M.E.R.;

t) desempenhar outras funções inerentes ao cargo de Diretor do S.M.E.R. que lhe sejam determinadas pelo Sr. Prefeito Municipal ou atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho Executivo, pelas Leis e Regulamentos;

u) presidir as reuniões do Conselho Executivo do S. M. E. R..

Art. 11. Compete ao Assistente Técnico:

Prestar assistência às diversas seções técnicas do S.M.E.R..

Art. 12. Compete ao Secretário do S.M.E.R.:

a) preparar o expediente da Diretoria;

b) organizar e preparar o movimento de petições, ofícios e processos em geral;

c) manter fichários completos, de modo a poder informar com presteza a localização e o estudo dos processos;

d) prestar todos os esclarecimentos necessários ao bom andamento dos processos em trânsito pelo S.M.E.R.;

e) manter correspondência com os demais Departamentos da Prefeitura através de seus serviços de correspondência;

f) atender às solicitações dos demais órgãos do S.M.E.R. no sentido de facilitar o intercâmbio de informações e dados;

g) manter arquivos de processos e documentos com fichários próprios;

h) lavrar contratos e termos que devem ser assinados no S. M. E. R.;

i) promover a publicação no DIÁRIO OFICIAL das decisões e atos relacionados com as atividades do S. M. E. R.;

j) passar certidões, quando autorizado pelo Diretor;

k) desempenhar outros encargos determinados pelo Diretor, inerentes às suas atribuições;

Art. 13. A Seção de Construção, chefiada por um Engenheiro Civil, compete:

a) construir ou pavimentar, quando por administração direta as vias públicas que fazem parte do sistema rodoviário municipal e executar as obras complementares;

b) fiscalizar a execução, por iniciativa particular, dos projetos de abertura de estradas de rodagem;

c) fiscalizar a construção das vias públicas referidas na alínea a) e suas obras complementares cujos serviços sejam adjudicados a terceiros;

d) fornecer informações ao público com relação às estradas de rodagem municipais, quando em construção;

e) apresentar relatórios mensais ao Diretor do S. M. E. R.;

f) apresentar relatórios mensais ao Diretor do S. M. E. R., prestando todos os esclarecimentos solicitados pelo Conselho Executivo.

Art. 14. A Seção de Conservação, chefiada por um Engenheiro Civil compete:

a) conservar e melhorar as estradas de rodagem e demais vias públicas que fazem parte do sistema rodoviário municipal, e bem assim, as respectivas obras d'arte, correntes especiais, redes de escoamento d'água, drenagem em geral e dispositivos de sinalização;

b) fiscalizar a conservação das vias públicas referidas na alínea a), cujos serviços sejam adjudicados a terceiros;

c) prestar informações ao público com relação às estradas de rodagem municipais;

d) fazer sinalização das rodovias, observando os símbolos adotados pelo D. N. E. R.;

e) promover a arborização das rodovias municipais, mantendo o desenvolvimento da arborização existente;

f) fazer e conservar os ajardinamentos marginais às rodovias de interesse turístico;

g) manter garage e oficina para atendimento dos serviços de transporte e conservação de veículos, máquinas e equipamento mecânico em geral;

h) manter oficinas próprias para serviços de exploração de pedreiras, quando conveniente, para atendimento de suas necessidades;

i) apresentar relatórios mensais ao Diretor, bem como prestar ao Conselho Executivo todos os esclarecimentos solicitados.

Art. 15. A Seção de Estudos e Projetos, chefiada por um Engenheiro Civil, compete:

a) organizar os projetos e orçamentos de melhoramentos das atuais estradas de rodagem e de abertura de novas rodovias, executando os serviços topográficos e os que se tornarem necessários;

b) examinar e estudar o subsolo das estradas que tiverem de receber melhoramentos e das que venham a ser construídas,

indicando o processo e as especificações a serem adotadas no preparo do leito das estradas de rodagem;

c) fiscalizar a elaboração de estudos e projetos que venham ser adjudicados a estranhos ao S. M. E. R.;

d) organizar as bases e especificações para concorrências públicas ou administrativas destinadas à execução de obras;

e) examinar e emitir parecer sobre projetos de loteamentos apresentados por particulares e que interessem às estradas de rodagem;

f) proceder às pesquisas necessárias para a escolha dos materiais e tipos adequados para a pavimentação de Belém;

g) distribuir os serventuários que forem designados para trabalhar no serviço;

h) manter atualizado o guia das estradas de rodagem do Município de Belém;

i) apurar o custo das obras executadas nas estradas de rodagem, quer por administração direta, quer por empreitada;

j) apresentar relatórios à Diretoria e prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Conselho Executivo.

Art. 16. A Seção de Administração e Finanças, chefiada pelo Chefe de Expediente, compete:

a) manter atualizados os fichários e registros relativos aos servidores do S. M. E. R.;

b) manter atualizado o inventário da legislação e dos atos referentes ao pessoal;

c) controlar a frequência dos servidores em exercício;

d) promover as medidas necessárias à administração do pessoal extrarremunerado do S. M. E. R.;

e) manter em dia a escrituração sintética dos créditos orçamentários e adicionais;

f) organizar o almanaque do pessoal do S. M. E. R.;

g) organizar o serviço completo de contabilidade de todo o movimento financeiro-orçamentário, patrimonial e industrial do S. M. E. R., abrangendo:

I — A documentação e escrituração das receitas;

II — O controle orçamentário;

III — A documentação e escrituração das despesas pagas e a pagar;

IV — O preparo e processamento das contas de fornecimentos e serviços prestados a terceiros;

V — O processamento das contas de fornecimento do S. M. E. R., de serviços prestados a este e das obras executadas;

VI — O processamento das folhas de pagamento do pessoal permanente, contratados, diaristas e taifeiros do S. M. E. R.;

VII — O registro global e analítico dos diversos serviços e obras;

VIII — Contabilização de valores patrimoniais e levantamento periódico do seu inventário e estado;

h) apresentar ao Conselho Executivo os elementos destinados ao preparo da proposta orçamentária, na parte referente aos serviços que lhe são atribuídos;

i) distribuir os serventuários que forem designados para trabalhar no serviço;

j) incumbir-se de todos os assuntos que se relacionem com o material destinado aos serviços e

órgão do S. M. E. R.;

k) manter estoques de material de consumo corrente, de modo a atender em tempo as requisições de fornecimento, mantendo, para isto, um almoxarifado;

l) receber, conferir e guardar todo o material adquirido regularmente, assim como manter do mesmo um registro, por espécie, por qualidade, quantidade e valor, bem como as anotações das cargas e descargas à medida que forem sendo efetuadas;

m) distribuir o material, de acordo com as requisições, aos órgãos incumbidos de sua aplicação, obedecidas as pautas preestabelecidas, nos casos de material de largo consumo;

n) realizar e submeter à aprovação do Diretor as solicitações para aquisições de materiais necessários aos serviços do S. M. E. R., obedecidas as legislações vigentes;

o) admitir a registro os fornecedores;

p) estabelecer cadastro de fornecedores e produtores;

q) preparar os termos de ajustes, acordo, contratos ou quaisquer atos relativos a aquisições, alienação, secção, permuta ou baixas de materiais;

r) propor sanções a serem aplicadas a fornecedores, nos termos da legislação vigente;

s) receber da Secretaria de Finanças os suprimentos por duodécimos da dotação orçamentária anual conforme a alínea a) do artigo 80. da Lei Federal n. 302, de 13 de julho de 1948 e do item b), do artigo 50 da Lei Municipal n. 533, de 23 de maio de 1949, da quota que couber ao S. M. E. R. de Belém;

t) receber do Departamento de Estradas de Rodagem a quota que tiver direito o Município de Belém, de acordo com a Lei Municipal n. 533, de 23 de maio de 1949;

u) receber o produto de operações de crédito realizadas com a garantia das receitas acima citadas, ou em virtude de Leis especiais, nos termos da alínea d), do artigo 80. da Lei Federal n. 302, bem como os créditos especiais;

v) receber os produtos das operações bancárias pertencentes ao S. M. E. R.;

x) receber os produtos da venda de materiais inservíveis e de remanescentes do imóveis;

y) receber as contas de fornecimentos de serviços prestados a outros Departamentos Públicos ou a terceiros;

z) receber legados, donativos e rendas que por sua natureza devam competir ao S. M. E. R.;

§ 10. Compete ainda à Seção de Administração e Finanças:

a) fazer pagamento da folha do pessoal permanente ou extrarremunerado do S. M. E. R.;

b) emitir cheques para pagamento de fornecimentos, do pessoal, de serviço, de obras, etc., os quais deverão ser assinados pelo Chefe da Seção, pelo Tesoureiro e pelo Diretor;

c) desempenhar outros encargos determinados pelo Diretor e inerentes às suas atribuições;

d) apresentar ao Conselho Executivo todos os esclarecimentos solicitados, bem como apresentar à Diretoria mapas mensais do movimento financeiro do S. M. E. R.;

§ 20. Toda a receita do S. M. E. R. será depositada em con-

ta especial no Banco do Brasil, Banco de Crédito da Amazônia ou na Caixa Econômica Federal, no mesmo dia do recebimento ou no dia útil que lhe seguir.

§ 30. As cauções de garantia, quando feitas em título ou apólices de dívida pública federal ou municipal, serão mediante guia extraída pelo S. M. E. R., depositadas pelo interessado no Banco do Brasil, correndo por conta dos depositantes as despesas correspondentes.

Art. 17. Os funcionários do S. M. E. R. de Belém, terão seus vencimentos fixados pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI Disposições Gerais e Transitórias

Art. 18. As dúvidas e omissões deste Regimento Interno serão resolvidas pelo Prefeito Municipal, com audiência do Conselho Rodoviário do D. E. R. - Pa.

Art. 19. Nenhum contrato será firmado sobre trabalho e empreitada de serviços senão com pessoas em gozo de seus direitos civis e políticos.

Art. 20. Em cada cinco anos, a contar da publicação da aprovação do presente Regimento, o Prefeito Municipal apresentará ao Conselho Rodoviário do Estado o Plano Rodoviário Municipal para o período de cinco anos, destacando-se nele o que for reservado para o primeiro exercício após a aprovação do Plano.

Art. 21. A receita e a despesa do S. M. E. R. serão contabilizadas separadamente da do Município, incorporando-se em globo ao da Prefeitura, sendo que a do S. M. E. R. o Prefeito enviará cópia, com os relatórios anuais, para a devida aprovação final, ao Conselho Rodoviário do Estado.

Art. 22. Este Regimento entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho Rodoviário Estadual, que enviará para a publicação, em forma final, ao DIÁRIO OFICIAL, e pelo qual reger-se-á o S. M. E. R.

Art. 23. Os vencimentos do pessoal do Quadro Único do S. M. E. R., serão aprovados pelo Sr. Prefeito Municipal de Belém, com conhecimento do Conselho Rodoviário Estadual.

(Ext. — Dia 3-5-58)

PORTARIA N. 657 — DE 19 DE JULHO DE 1957

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948, e

Considerando o disposto no artigo 18, parágrafo único do Decreto n. 1.308 de 22 de julho de 1953,

RESOLVE:

Aumentar o salário diário do servidor Luiz Miranda Lima, de Cr\$ 128,30 (cento e vinte e oito cruzeiros e trinta centavos) para Cr\$ 170,00 (cento e setenta cruzeiros), classificando-o na classe 2 da função de Mecânico, com lotação na D. M. E. — Of. Central, de acordo com a Resolução n. 241, de

21 de maio de 1957, do Conselho Rodoviário Estadual. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 19 de julho de 1957.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 991 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1957

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Exonerar o Sr. Nathanael Albuquerque Filho, Oficial Administrativo, ref. 12 classe O, lotado na Seção de Material, ocupante da vaga do Sr. Waldemar de Abreu Fração, tendo em vista este último ter sido reintegrado na função que ocupava neste D.E.R.-Pa., por força de mandato Judicial, conforme Ofício s/n. de 2/7/57, do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 14 de setembro de 1957.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 99 — DE 5 DE MARÇO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Cessar, o efeito do contrato de n. 487/56 de 1/8/1956, que admitiu o Sr. Antonio Barboza de Amorim Filho, para exercer a função de Contínuo.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 5 de março de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 101 — DE 7 DE MARÇO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Designar o Sr. Rodolfo de

Lima Ferreira, Of. Administrativo, ref. 12, classe O, para exercer a função de Residente da 5a. Residência, 20. Distrito (Capanema).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 7 de março de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 102 — DE 12 DE JANEIRO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Rescindir a pedido, o Contrato de n. 321/57 de 13/11/1957, que admitiu o Eng. João das Graças Viana.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 12 de janeiro de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 112 — DE 12 DE MARÇO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Remover por necessidade de serviço, o Sr. Silas Rodrigues de Souza, Enc. de Campo, da 4a. Residência onde se acha lotado, para a 5a. Residência, (Capanema).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 12 de março de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 140 — DE 26 DE MARÇO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a contar da presente data, a Portaria n. 1513, de 18/10/56, que credenciou o Sr. Edgar Dantas, Dentista, para atender profissionalmente os servidores da 5a. Residência — 20. Distrito.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 26 de março de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 141 — DE 17 DE MARÇO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1958,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 1/1/1958, ao servidor Pedro Oliveira Martins da Silva, Serralheiro, lotado na D.M.E., o adicional de dez por cento (10%) sobre os seus vencimentos, de acordo com o art. 90. da Resolução 150, de 28/12/1954, do Conselho Rodoviário, e tendo em vista o parecer da douta Assistência Jurídica, constante do Processo n. 122/58.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 17 de março de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 142 — DE 17 DE MARÇO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 1/1/1958, ao Serralheiro Pedro Oliveira Martins da Silva, lotado na D.M.E., o salário-família de acordo com a Resolução 150 do C.R., tendo em vista que citado servidor apresentou em Processo 122/58, sua certidão de casamento e de nascimento de seus nove (9) filhos menores documentos, esses devidamente legalizados, conforme parecer da Assistência Jurídica.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 17 de março de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 154 — DE 28 DE MARÇO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 1/1/1958, ao Lanterneiro, Jorge Marques de Lima, lotado na D.M.E., o salário-família de acordo com a Resolução 150 do C. R., tendo em vista que citado servidor apresentou em processo..... 172/58, sua certidão de casamento e de nascimento de seus seis (6) filhos menores documentos, esses devidamente legalizados, conforme parecer da Assistência Jurídica.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 28 de março de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

PORTARIA N. 155 — DE 28 DE MARÇO DE 1958

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei n. 157, de 24/12/1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 1/1/1958, ao servidor Jorge Marques de Lima, Lanterneiro lotado na D.M.E., o adicional de dez por cento (10%) sobre os seus vencimentos, de acordo com o art. 90. da Resolução n. 150, de 28/12/1954, do Conselho Rodoviário, e tendo em vista o parecer da douta Assistência Jurídica, constante do processo de n. 172/58.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 28 de março de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

GOVERNO FEDERAL

Presidência da República
SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO
ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Térmo de acôrdo entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Goiás, para aplicação da verba de Cr\$ 600.000,00, dotação de 1958, destinada à realização de uma exposição de animais e produtos econômicos em Pedro Afonso.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Goiás, daqui por diante denominados, respectivamente, SPVEA e Governo, representada a primeira pelo seu Superintendente, doutor Waldir Bouhid, e o segundo pelo seu procurador, senhor Waldeck de Souza Falcão, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente acôrdo, nos termos do artigo dezesseis (16), da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da Portaria número duzentos e onze (211), de dezesseis (16) de março do mesmo ano, da SPVEA, e especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente acôrdo vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove (1959) (art. 90., § 20., da Lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953). A recusa de registro pelo Tribunal de Contas não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente acôrdo o Governo, obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, destinado à realização de uma exposição de animais e produtos econômicos em Pedro Afonso, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades acordantes, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente acôrdo, a SPVEA entregará ao Governo, a quantia de seiscentos mil cruzeiros (Cr\$ 600.000,00) valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício corrente, Anexo 4 — Poder Executivo; sub-anexo 10 — SPVEA; DESPESAS DE CAPITAL: verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; CONSIGNAÇÕES: 3.2.00 — Dispositivos. Constitucionais; 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (art. 199, da Constituição Federal): DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA: 3.0.0.0 — Desenvolvimento Econômico e Social; 3.2.0.0 — Produção Agrícola; 3.2.4.0 — Produção Animal; 3.2.4.6 — Exposição de Animais e produtos econômicos; 10 — Goiás (Pedro Afonso): seiscentos mil cruzeiros (Cr\$ 600.000,00). A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula de acôrdo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício anterior.

CLAUSULA QUARTA: — O Governo prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente acôrdo, obedecendo às normas adotadas por esta.

O pagamento de uma parcela poderá ser feito sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — O Governo apresentará à SPVEA relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLAUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA SÉTIMA: — A aquisição de material e a prestação de serviços por particulares, para a execução do presente acôrdo, deverão ser feitas mediante concorrência pública, quando seu valor fôr igual ou superior a Cr\$ 500.000,00, ou mediante concorrência administrativa, quando seu valor fôr igual ou superior a Cr\$ 100.000,00. For exceção, quando se verificar alguma das hipóteses previstas no art. 246, do Decreto n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, (Código de Contabilidade Pública), poderá a SPVEA dispensar a concorrência, nos termos do art. 47, inciso XLI, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.132, de 8 de outubro de 1953, promovendo-se, então, a competente coleta de preços.

CLAUSULA OITAVA: — Poderá este acôrdo ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando fôr de interesse das partes acordantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente.

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, eu, Luiz Paulo Soares de Vasconcellos Chaves, Assistente de Administração da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades acordantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 28 de abril de 1958.

WALDIR BOUHID

WALDECK DE SOUZA FALCAO

LUIZ PAULO SOARES DE VASCONCELLOS CHAVES

Testemunhas:

Nelly Barbosa

Marita Bolonha

Anexo ao convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Goiás, para aplicação da dotação de seiscentos mil cruzeiros (Cr\$ 600.000,00), destinada à exposição de animais e produtos econômicos em Pedro Afonso.

| | |
|---|------------|
| 1 — Material de expediente, impressão do regulamento, de fichas de inscrição e identificação, do catálogo, de cartazes e divulgação | 30.000,00 |
| 2 — Pavilhões (instalação) | 270.000,00 |
| 3 — Transporte e alojamento de animais ... | 60.000,00 |
| 4 — Transporte e alojamento do pessoal (tratadores, técnicos, membros das comissões julgadoras e organizadoras, etc.) | 60.000,00 |
| 5 — Prêmios | 60.000,00 |
| 6 — Forragens, ração concentrada, medicamentos, etc. | 70.000,00 |
| Eventuais | 50.000,00 |

TOTAL Cr\$ 600.000,00

Térmo de contrato entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Orfanato "São José", para aplicação da verba de Cr\$ 100.000,00, dotação de 1958, destinada à segunda contratante.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Orfanato "São José", daqui por diante denominados, respectivamente, SPVEA e Orfanato, representada a primeira pelo seu Superintendente, doutor Waldir Bouhid, e o segundo pelo procurador, padre Henry Nicholas Prost, que também se assina em religião, frei Tadeu Prost, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente contrato, para o fim especial de dispor sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento Geral da União para o exercício corrente, contrato este firmado nos termos do artigo quarto (4o.), alínea b), do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições daquele Regulamento, pelas da lei mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), pelas do decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), e no que lhe forem aplicáveis, pelas da portaria número duzentos e onze (211), de dezoito (18) de março do mesmo ano, da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove (1959) (art. 9o., § 2o., da Lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953), ficando, todavia, automaticamente prorrogado por um ano se, ao seu termo, qualquer das partes acordantes não houver ultimado a satisfação das obrigações que por ele assumiu.

CLÁUSULA SEGUNDA: — Pelo presente contrato o Orfanato obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades acordantes, a este acompanha, dele fazendo parte integrante.

CLÁUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente contrato, a SPVEA entregará ao Orfanato, a quantia de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício corrente, anexo 4 Poder Executivo; sub-anexo 10 — SPVEA; **DESPESAS ORDINÁRIAS:** verba 2.0.00 — Transferências; 2.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 2.2.03 — Valorização Econômica da Amazônia (art. 199, da Constituição Federal); **DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA:** 2.0.0.0 — Transferências; 2.1.0.0 — Auxílios e Subvenções; 03 — Subvenções Extraordinárias; 1 — De acordo com o art. 18 da Lei n. 1.806, combinado com o disposto na Lei n. 1.493, de 13/12/51, modificada pela de n. 2.266, de 12 de julho de 1954, conforme discriminação do Adendo "A": 14 — Pará — Orfanato "São José" — Santarém: cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00). A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula, de acordo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo às disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício anterior.

CLÁUSULA QUARTA: — O Orfanato prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente contrato, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de

contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLÁUSULA QUINTA: — O Orfanato apresentará à SPVEA relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLÁUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências, resultantes da infração.

CLÁUSULA SÉTIMA: — Poderá este contrato ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando, for de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivo ao presente.

E, por assim estarem de acordo com as entidades interessadas, eu, Luiz Paulo Soares de Vasconcellos Chaves, Assessor de Administração da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades acordantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 29 de abril de 1958.

WALDIR BOUHID

HENRY NICHOLAS PROST

LUIZ PAULO SOARES DE VASCONCELLOS CHAVES

Testemunhas:

Nelly Barbosa

Leonel Monteiro

Anexo ao Convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Orfanato "São José" para aplicação da dotação de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), consignada no orçamento da União, para o corrente exercício.

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| 1) Alimentação | 15.000,00 |
| 2) Vestuário em geral | 35.000,00 |
| 3) Dentista | 15.000,00 |
| 4) Sapatos | 10.000,00 |
| 5) Medicamentos | 10.000,00 |
| 6) Material para copa e cozinha | 15.000,00 |

Total Cr\$ 100.000,00

Térmo de contrato entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Escola Industrial Salesiana, em Manaus, para aplicação da verba de Cr\$ 1.000.000,00, dotação de 1958, destinada à assistência aos menores, pela segunda contratante.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Escola Industrial Salesiana, em Manaus, daqui por diante denominadas, respectivamente, SPVEA e Escola, representada a primeira pelo seu Superintendente, doutor Waldir Bouhid, e a segunda pelo seu procurador, padre Francisco Fabbri, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente contrato, para o fim especial de dispor sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício corrente, contrato este firmado nos termos do artigo quarto (4o.), alínea b), do Regulamento aprovado pelo decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições daquele Regulamento, pelas da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), pelas do decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), e no que lhe forem aplicáveis, pelas da portaria número duzentos e onze (211), de dezoito (18) de março do mesmo

ano, da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove (1959) (art. 9o., § 2o., da Lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953), ficando, todavia, automaticamente prorrogado por um ano se, ao seu termo, qualquer das partes acordantes não houver ultimado a satisfação das obrigações que por ele assumiu.

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente contrato, a Escola obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguintes, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades acordantes, a este acompanhará, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente contrato, a SPVEA entregará à Escola, a quantia de hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), valor da dotação constante do Orçamento Geral da União para o exercício corrente, Anexo 4 — Poder Executivo; sub-anexo 10 — SPVEA; DESPESAS ORDINARIAS: verba 2.0.00 — Transferências; CONSIGNAÇÕES: 2.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 2.1.03 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199, da Constituição Federal): DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA; 2.0.00 — Transferências; 2.1.0.0 — Auxílios e Subvenções; 03 — Subvenções Extraordinárias; 1 — De acordo com o art. 18, da Lei n. 1.806, combinado com o disposto na Lei n. 1.493 de 13/12/51 modificada pela de n. 2.266, de 12 de julho de 1954, conforme Adendo — "A" — 04 — Amazonas: Escola Industrial Salesiana, em Manaus, para assistência a menores: hum milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00). A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula, de acordo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo às disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício anterior.

CLAUSULA QUARTA: — A Escola prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente contrato, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — A Escola apresentará à SPVEA relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLAUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA SÉTIMA: — Poderá este contrato ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando fôr de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente.

E, por assim estarem de acordo as entidades interessadas, eu, Luiz Paulo Soares de Vasconcellos Chaves, Assistente de Administração da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades contratantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 30 de abril de 1958.

WALDIR BOUHID

P. p. Padre FRANCISCO FABBRI
LUIZ PAULO SOARES DE VASCONCELLOS CHAVES
Testemunhas:
Leonel Monteiro
João Silva

Anexo ao convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Escola Industrial Salesiana, em Manaus, para aplicação da verba de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), consignada no orçamento vigente e destinada à referida Escola.

Previsão de despesa com o ensino e assistência a 210 menores, dos quais 140 semi-internos.

| | |
|---|--------------------------|
| 1o. — Gratificação a 6 professores a | |
| Cr\$ 3.000,00 cada — mensal | |
| Cr\$ 18.000,00 | 216.000,00 |
| 2o. — Material escolar para 180 meninos reconhecidamente pobres | 35.000,00 |
| 3o. — Alimentação para 140 alunos: | |
| a) Merenda das 9 horas (10 meses a 210 alunos) | 120.000,00 |
| b) Almoço: carne, verdura, pão, arroz, feijão, sobremesa, etc. a | |
| Cr\$ 10,00 cada para 140 alunos | 420.000,00 |
| c) Merenda das 15 horas (10 meses a 210 alunos) | 120.000,00 |
| IV — Vestuário — calçado para 40 alunos reconhecidamente pobres | 50.000,00 |
| V — Assistência médico-dentária para todos | 30.000,00 |
| VI — Material esportivo e de educação física | 9.000,00 |
| TOTAL | Cr\$ 1.000.000,00 |

EDITAIS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM CONCORRÊNCIA PÚBLICA

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Pará (DER-PA) faz saber que se acha aberta concorrência pública para pavimentação em "sand asphalt" de um trecho entre Belém e Castanhal, da rodovia Estadual PA-25, a partir do marco indicativo de seu KM 0 (zero).

I — NATUREZA DOS SERVIÇOS

Os serviços constarão da execução de uma capa de "sand asphalt" com espessura de 2 cm (dois centímetros), na largura da pista de rolamento (7m) sete metros, da atual rodovia, devendo ser aproveitada como base a atual pavimentação asfáltica.

Antes do lançamento da capa de "sand-asphalt" deverá ser feita, onde necessária, a regularização do nível da pista atual, com o emprego de masticue. Quando necessário, e a juízo da fiscalização da base poderá ser feita preliminarmente com material sílico-argiloso, devidamente compactado.

Deverão ser também regularizado com esse material os acostamentos da estrada, bem como serão implantadas as sargetas, tudo de acordo com o perfil transversal-tipo para estrada classe II das Normas do DNER, de tal forma que fiquem perfeitamente definidos os elementos constituintes do corpo estradal, como sejam a pista de rolamento, acostamentos e as sargetas.

As curvas em planta serão recolocadas de modo a obedecer as condições técnicas de raios mínimos previstos nas aludidas normas, bem como serão executadas com a super-

elevação e a superlargura indicadas pelas prescrições técnicas.

As linhas divisórias entre pista e acostamentos, além de perfeitamente definidos pela própria pavimentação, serão marcados por moirões de concreto, de seção quadrada de 20 cm x 20 cm, espaçados cada 100 metros no sentido do eixo longitudinal da estrada, devidamente fixados ao solo e deixados com 20 centímetros acima da superfície deste. Esses moirões serão providos, nas duas faces perpendiculares ao eixo da estrada, com sinais fosforescentes denominados comumente "Olho de gato".

A execução dos serviços deverá prever na regularização do nível da faixa compreendida entre a rodovia e os trilhos da Estrada de Ferro de Bragança, nos trechos em que há contiguidade dos dois traçados, respeitada a integridade da faixa de domínio desta última.

Todos os serviços serão executados segundo as especificações, instruções e normas técnicas que regem a matéria; outras indicações de obras técnicas, eventualmente necessárias por ocasião da execução dos trabalhos serão fornecidas pelo DER.

II — DA DOTAÇÃO

2. — Para a execução dos serviços serão utilizadas: no presente ano, a dotação de Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) constante do orçamento vigente do DER e nos seguintes exercícios as que vierem a ser votadas para esse fim.

III — DA INSCRIÇÃO

3. — Poderá apresentar proposta toda e qualquer firma individual ou social que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital.

4. — Até o dia 17 de maio do corrente ano, serão recebidas as propostas na sede do Departamento de Estradas de Rodagem, em a sala n. 1001, 10.º andar do edifício do IAPI, situado à rua Senador Manuel Barata n. 405, nesta cidade, às 10 (dez) horas pela Comissão Apuradora designada pela Portaria n. 603, de 4-7-1957, da Diretoria Geral do DER-Pa., publicada no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 5-10-1957.

5. — As propostas deverão ser entregues em dois (2) envelopes, fechados e lacrados, numerados "primeiro" e "segundo", o primeiro contendo os documentos relacionados na cláusula IV — DA IDONEIDADE e o segundo, a proposta, de acordo com a cláusula V — DA PROPOSTA. Ambos os envelopes deverão ter em sua parte externa as seguintes indicações:

- a) nome e endereço do proponente;
- b) número dos documentos contidos e os dizeres: "Concorrência Pública para execução da pavimentação da rodovia PA-25, trecho Belém — Castanhal".

IV — DA IDONEIDADE

6. — O primeiro envelope conterá os seguintes documentos:

- a) declaração expressa do concorrente de que aceita as condições deste Edital.
- b) prova de registro da firma no Cadastro do DER-Pa..
- c) certificado de depósito de caução na Tesouraria do DER-Pa..
- d) certificado de capacidade financeira, de acordo com a cláusula XIII deste Edital.
- e) certificado de capacidade técnica, na forma dos itens 29 a 30 deste Edital.

V — DA PROPOSTA

7. — O segundo envelope conterá a proposta para execução dos serviços e deverá obedecer às seguintes formalidades:

- a) ser apresentada em três (3) vias, escritas apenas de um lado de cada folha de papel tipo almaço ou carta, datilografada em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;
- b) apresentar a firma do proponente reconhecida em tabelião na primeira via, e em todas as folhas os selos es-

taduais exigidos por Lei, devidamente rubricados;

c) conter a declaração expressa do proponente de que executará o serviço de acordo com as especificações técnicas vigentes do DNER.

VI — DO PREÇO

8. — Os preços se basearão nas tabelas aprovadas pelo Conselho Executivo do DNER em 26-6-1957 e 18-3-1957, aceitando-se uma percentagem única de acréscimo, ou diminuição sobre as mesmas.

9. — Não serão admissíveis reajustamentos do preço aprovado, salvo se ocorrer aumento anormal e extraordinário do material ou mão de obra proveniente de acontecimento imprevisível e imprevisível.

VII — DO JULGAMENTO

10. — O julgamento final da concorrência caberá ao CONSELHO EXECUTIVO DO DER-PA., mediante parecer da Comissão Apuradora designada pela Portaria n. 603, de 4-7-1957, da Diretoria Geral, publicada no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 5-10-57.

11. — A execução da obra caberá ao concorrente que apresentar maior redução, ou menor acréscimo, em percentagem única e global, sobre os preços das Tabelas a que se refere a cláusula VI deste Edital, satisfeitas todas as demais exigências deste.

12. — No caso de empate, considerar-se-á vencedora a firma proponente que apresentar menor prazo para execução total da obra.

13. — O DER-Pa. reserva-se o direito de anular a presente concorrência, se assim lhe convier, sem que por isso caiba qualquer indenização aos concorrentes.

VIII — DA CAUÇÃO

14. — A participação na concorrência depende de prévio depósito de caução na Tesouraria do DER-Pa. no valor de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), em moeda do país ou em títulos de dívida federal ou estadual representados pelo respectivo valor nominal.

15. — A caução será devolvida a requerimento do interessado, depois de homologada a concorrência pelo Conselho Executivo do DER-Pa., exceção feita ao vencedor da concorrência.

16. — Para reforço da caução serão deduzidas das medições ou avaliações cinco por cento (5 %) dos serviços executados.

17. — A caução inicial e os respectivos reforços serão levantados pela firma vencedora depois de concluídos os serviços e recebida definitivamente a obra pelo DER-Pa..

IX — DOS PRAZOS

18. — Não serão tomadas em consideração as propostas que apresentarem prazo para conclusão da construção empreitada superior a cento e oitenta (180) dias, a contar da primeira ordem de serviço.

19. — Após a homologação da concorrência pelo Conselho Executivo do DER-Pa., o proponente vencedor será convidado a assinar o contrato dentro do prazo de dez (10) dias contados da data do recebimento de aviso, sob pena de, se não o fizer, perder a caução e o direito à empreitada.

20. — O prazo para início dos trabalhos fica fixado em trinta (30) dias contados da data da primeira ordem de serviço, a qual deverá ser expedida dentro de trinta dias após a assinatura do contrato.

21. — O proponente vencedor da concorrência se obriga a apresentar ao DER-Pa. na frente da obra contratada, todo o equipamento relacionado em sua proposta, no prazo de quinze (15) dias após a assinatura do contrato.

22. — A prorrogação dos prazos somente será possível nos seguintes casos:

- a) falta de elemento técnico para execução dos trabalhos, quando o fornecimento do mesmo couber ao DER-Pa.;
- b) período excepcional de chuvas;
- c) embargo decorrente de desapropriação necessária;
- d) ordem escrita do DER-Pa., para paralisar ou res-

tringir a execução do serviço, no interesse da administração.

X — DA ASSINATURA DO CONTRATO

23. — O contrato de empreitada a ser assinado entre o DER-Pa., e o proponente vencedor da concorrência observará as condições estipuladas neste Edital e na proposta, as desta desde que não colidam com as daquele.

24. — No caso de o proponente primeiro colocado deixar de assinar o contrato poderá este ser transferido ao segundo, desde que os preços dêste e as demais condições de sua proposta consultem os interesses do DER-Pa..

25. — O contrato que for assinado não poderá ser transferido sem ordem do DER-Pa., sob pena de rescisão automática.

XI — DAS MULTAS

26. — O contrato estabelecerá as seguintes multas ao empreiteiro:

a) por dia que exceder ao prazo de conclusão dos serviços — hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00);

b) quando os serviços não tiverem o andamento previsto; quando os serviços não forem executados de acordo com o projeto, as normas técnicas e especificações vigentes; quando for dificultada a fiscalização dos trabalhos; quando a administração for inexatamente informada; variável de dez mil a cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 50.000,00).

XII — DA RESCISÃO

27. — O contrato estabelecerá a respectiva rescisão independentemente de interpelação judicial, sem que o contratante empreiteiro tenha direito à indenização de qualquer espécie, quando o mesmo:

a) não cumprir qualquer das obrigações estipuladas no contrato a despeito da devida notificação pela fiscalização;

b) paralisar as obras por mais de trinta (30) dias sem motivo justificado ou não der às obras o andamento previsto;

c) faltar ou falecer, nesta última hipótese no caso de tratar-se de firma individual;

d) transferir o contrato no todo ou em parte a terceiros sem prévia autorização do Diretor Geral e aprovação do Conselho Executivo do DER-Pa.

28. — Estabelecerá também o contrato a modalidade de rescisão por mútuo acordo ou por vontade exclusiva do DER-Pa., condicionada, porém, sempre ao atendimento das conveniências da autarquia rodoviária e assegurada à firma empreiteira o seguinte:

a) o valor dos serviços executados, calculados mediante medição;

b) o valor das instalações efetuadas para cumprimento do contrato, descontadas as parcelas correspondentes à utilização dessas instalações proporcionalmente aos serviços executados;

c) o valor da caução.

29. — O DER-Pa., se reserva o direito de deduzir de pagamentos que faça ao empreiteiro, em virtude de liquidação ou não da relação contratual, quaisquer quantias de que este lhe seja devedor.

XIII — DA PROVA DE CAPACIDADE

30. — A participação na concorrência depende de prova de capacidade técnica e financeira.

31. — Para a prova de capacidade técnica será exigido que o proponente possua equipamento mecânico do qual conste pelo menos o seguinte:

— uma usina de asfalto com capacidade de 20 toneladas por hora;

— um espalhador de asfalto para 2.000 litros;

— dois rolos compressores com peso de 8/10 toneladas;

— uma motoniveladora tipo pesado;

— quatro motor-scrapers de 15 jardas cúbicas no mínimo;

— um trator pesado;

— um trator médio;

— quatro caminhões basculantes com capacidade unitária de três metros cúbicos;

— um jeep ou camionete pick-up.

32. — O DER-Pa., inspecionará com antecedência mínima de setenta e duas (72) horas antes da realização da concorrência o equipamento cuja relação o concorrente tenha apresentado e fornecerá um laudo de vistoria com o qual o proponente fará a prova de que tratam os itens 31 desta cláusula XIII.

33. — Para prova de capacidade financeira será exigida declarando que a firma tem idoneidade financeira.

Belém, de abril de 1958.

(a.) Engenheiro AFFONSO LOPES FREIRE

Diretor Geral

(Ext. — 3 e 6-5-58)

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

IMPrensa Oficial

Chamada de Funcionário

De ordem do Sr. Diretor e nos termos do art. 205, da lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, notifico, pelo presente edital o Senhor Estevam Batalha Chacon, ocupante do cargo de revisor — padrão H, do Quadro Único, lotado nesta Imprensa Oficial, a reassumir o exercício de suas funções, dentro do prazo de trinta (30) dias consecutivos sob pena de, findo o mencionado período ou não sendo feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser demitido do cargo por abandono de emprego, de acordo com o disposto no artigo 36, da citada lei (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios). E, para que não se alegue ignorância, será este publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Eu, Maria de Lourdes da Silva Castro, chefe do Expediente o escrevi aos vinte e nove dias do mês de abril de 1958.

Diretoria Geral da Imprensa Oficial do Estado do Pará, em Belém, 29 de abril de 1958.

Visto: MANOEL GOMES DE ARAUJO FILHO, Diretor. — (a) MARIA DE LOURDES DA SILVA CASTRO, Chefe do Expediente, (G. — Dias 30/4; 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31/5; 1, 3, 4 e 5/6/58).

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA N. 151 — S/A — DE 18 DE ABRIL DE 1958

Luciano Machado Sampaio, Chefe de Polícia do Estado, por nomeação legal, usando de suas atribuições, etc.

RESOLVE:

Pela presente, em obediência ao que preceitua o art. 3.º da Lei n. 1.207, de 25 de outubro de 1950, que dispõe sobre o direito de reunião, determinar os seguintes locais desta capital, para realizações de comícios ou reuniões públicas:

CENTRAL — Praça Amazonas. SÃO BRAZ — Praça do Operário.

PEDREIRA — Cruzamento da Avenida Pedro Miranda com a Lomas Valentinas.

JURUNAS — Cruzamento da Travessa dos Timbiras com Jurunas.

TELEGRAFO SEM FIO — Praça do Centenário e Rua de Belém, frente ao Curtume Americano.

GUAMA — Rua Liberato de Castro (fim da linha de ônibus).

MARAMBAIA — Praça do Cruzeiro.

SACRAMENTA — Cruzamento da Avenida Senador Lemos com a travessa Mauriti.

UMARIZAL — Praça Camilo Salgado.

MATINHA — Cruzamento da travessa 9 de Janeiro com a Rua Domingos Marreiros.

MARCO — Avenida 25 de Setembro com a Lomas Valentinas e Avenida Duque de Caxias com Humaitá.

VILA DO MOSQUEIRO — Praça da Matriz.

VILA DE ICOARACI — Largo da Matriz.

Resolve, ainda recomendar ao Sr. Dr. Delegado Especial de Segurança Política e Social, que faça observar a presente Portaria só permitindo a realização de comícios e reuniões públicas nos lugares acima referidos.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Luciano Machado Sampaio

Chefe de Polícia

(G. — 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4; 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10/5/58)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

De ordem do Senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente edital, a normalista Lucila Rodrigues, ocupante efetiva do cargo de Professor de 3.ª. entrância, padrão G, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar "José Veríssimo", para, no prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, assumir as funções de seu cargo, do qual está afastada sem motivo justificado desde o dia 17 de maio do ano passado, sob pena de não o fazendo, nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205 combinado com o art. 186, item II, da lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953.

E para que não se alegue ignorância, lavrei o presente edital para ser publicado no Órgão Oficial do Estado, durante trinta (30) dias, como estatui o art. 205, da mesma lei.

Eu, Laura Batista de Lima, Chefe do Expediente o escrevi e assino.

Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 27 de março de 1958.

Laura Batista de Lima

Chefe do Expediente

Visto: Dr. Cunha Colmbra

Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — 29 e 30/3, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, e 30/4; 1, 2 e 3/5/58)

De ordem do senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente edital, a normalista Lucila Rodrigues Ferreira, ocupante efetiva do cargo de Professor de 3.ª entrância, padrão G, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar "José Veríssimo", para, no prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, assumir as funções de seu cargo, do qual está afastada sem motivo justificado desde o dia 17 de maio do ano passado, sob pena de não o fazendo, nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, combinado com o art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953.

E, para que não se alegue ignorância, lavrei o presente edital para ser publicado no órgão oficial do Estado, durante trinta (30) dias, como estatui o art. 205, da mesma Lei.

Eu, Laura Batista de Lima, Chefe de Expediente o escrevi e assino.

Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 27 de março de 1958. — (a.) Laura Batista de Lima, Chefe de Expediente.

Visto: — Dr. Cunha Coimbra, Secretário.
(G — 29, 30/3, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4, 1, 2 e 3/5/58)

De ordem do Senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente edital, a senhora Dalila Afonso da Cunha, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, removida "ex-officio", da escola da Vila de Matauata, município de Igarapé-Miri, para a escola do lugar Campelo, município de Anhangá para, no prazo de trinta (30) dias a contar desta data, assumir as funções de seu cargo do qual está afastada sem motivo, desde o início do ano letivo, sob pena de não o fazendo nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, combinado com o art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953.

E para que não se alegue ignorância, lavrei o presente edital para ser publicado no órgão Oficial do Estado, durante trinta (30) dias.

Eu, Laura Batista de Lima, Chefe de Expediente, o escrevi e assino.

Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 8 de abril de 1958.

Visto: Dr. Cunha Coimbra, Secretário. — (a.) Laura Batista de Lima, Chefe de Expediente.

(G. Dias — 17 — 18 — 19 — 20 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 29 — 30/4; 1 — 3 — 4 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 13 — 14 — 15 — 17 — 18 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24/5/58).

De ordem do Senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico pelo presente edital, a senhora Raimunda Feliciano da Silva, ocupante do cargo de professora de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Vista Alegre, município de Marapanim, para no prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, assumir as funções de seu cargo do qual está afastada sem motivo, desde o início do ano letivo, sob

pena de não o fazendo nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, combinado com o art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953.

E para que não se alegue ignorância, lavrei o presente edital para ser publicado no órgão Oficial do Estado, durante trinta (30) dias.

Eu, Laura Batista de Lima, Chefe de Expediente, o escrevi e assino.

Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 8 de abril de 1958.

Visto: Dr. Cunha Coimbra, Secretário. — (a.) Laura Batista de Lima, Chefe de Expediente.

(G. Dias — 17 — 18 — 19 — 20 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 29 — 30/4; 1 — 3 — 4 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 13 — 14 — 15 — 17 — 18 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24/5/58).

De ordem do Senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente edital, a senhora Valentina Pinheiro da Silva, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância, padrão A, do Quadro Único, removida da escola do lugar Atural, para a de Canindé, Município de Bragança, para, no prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, assumir as funções de seu cargo do qual está afastada sem motivo, sob pena de não o fazendo nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, combinado com o art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953.

E para que não se alegue ignorância, lavrei o presente edital para ser publicado no órgão Oficial do Estado, durante trinta (30) dias.

Eu, Laura Batista de Lima, Chefe de Expediente, o escrevi e assino.

Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 8 de abril de 1958.

Visto: Dr. Cunha Coimbra, Secretário. — (a.) Laura Batista de Lima, Chefe de Expediente.

(G. Dias — 17 — 18 — 19 — 20 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 — 29 — 30/4; 1 — 3 — 4 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 13 — 14 — 15 — 17 — 18 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24/5/58).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Chamada de adjunto de promotor Pelo presente edital e na forma prevista no art. 205 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios, Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, fica convidado o Sr. José Rafael Valente, Adjunto de Promotor Público removido de Alenquer para o Termo Judiciário de Itupiranga, por ato do Exmo. Sr. Gal. Governador do Estado, de 7 de fevereiro do

contar da publicação deste no DIÁRIO OFICIAL, assumir referido cargo de Adjunto de Promotor Público de Itupiranga, sob as penas da Lei. E, para que chegue ao conhecimento do interessado, será o presente afixado no local do costume e publicado, na forma da Lei, no DIÁRIO OFICIAL. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 28 dias do mês de março de 1958. Eu, Aurea Lobo Rodrigues Cal, Oficial, em

substituição, da Secretaria da Procuradoria Geral do Estado, o escrevi. — (a.) Osvaldo Freire de Souza, Procurador Geral do Estado.

(G — 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4/58 — 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10/5/58)

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

Na forma prevista pelo art. 203, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, pelo presente, convido o senhor Bartolomeu Amoroso Amoroso, Escrivão de Polícia da sede do Município de Gurupá, para onde foi transferido por ato do Governo datado de 15 de janeiro do ano em curso, da Delegacia de Polícia do Município de Maracanã, a reassumir o exercício de suas funções dentro do prazo de trinta (30) dias consecutivos, sob pena de, findo o mencionado período ou não sendo feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser demitido do cargo por abandono do emprego, de acordo com o disposto no art. 36, da citada Lei. (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios) em vigor.

E para que não se alegue ignorância, será este publicado no órgão oficial do Estado.

Serviço de Administração do Departamento Estadual de Segurança Pública, em Belém, 28 de março de 1958. — (a.) Orlando de Carvalho Pinto, chefe do Serviço de Administração.

(G. — 29, 30/3; 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4; 2, 3, 4, 6 e 7/5/58)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Chamada de Funcionário Pelo presente edital fica

notificado o Senhor Othomar dos Santos Porto, Escriturário Referência 4, classe 3, do Quadro Único, a comparecer até o dia 30/4/58, expediente das sete e trinta às treze horas, à Assistência Jurídica do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PA), sala n. 1009, do edifício do I.A.P.I., sito rua Senador Manoel Barata n. 405, para justificar a sua ausência ao serviço desde 1/7/1956, sob pena de demissão por abandono do cargo, tudo de conformidade com o art. 205, da Lei estadual n. 749, de 24/12/1953.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 27 de março formidade com o disposto no artigo 205, da lei estadual n. de 1958.

Eng. Affonso Lopes Freire
Diretor Geral

(Ext. — Dias — 2, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4; 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10/5/58).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Aforamento de terras O Sr. Eng. Cândido José de Araújo, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo a Sra. Maria Felix de Moraes, brasileira, viúva, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: — 25 de Setembro, Duque de Caxias, Humaitá e Vileta, a 6,33m.

Dimensões:
Frente — 4,90m.
Fundos — 43,65m.
Área — 213,8850m².

Forma regular. Confina por ambos os lados em quem de direito. Terreno edificado sob o n. 471.

Convindo os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, fundo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 1 de abril de 1958. — (a.) Cândido José de Araújo, Secretário de Obras.

(G. Dias 3, 13 e 23/5/58)

Aforamento de terras

O Sr. Eng. Cândido José de Araújo, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo o Sr. João Damasceno de Oliveira, brasileiro, casado, marítimo, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: — Angelo Custódio, 16 de Novembro, Rua de Obidos, e Almirante Tamandaré, a 42,00m.

Dimensões:
Frente — 6,00m.
Fundos — 40,00m.
Área — 240,00m².

Forma regular, baldio. Confina de ambos os lados com terrenos baldio de quem de direito.

Convindo os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, fundo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 25 de abril de 1958. — (a.) Cândido José de Araújo, Secretário de Obras.

(G. Dias 3, 13 e 23/5/58)

Aforamento de Terras

O Sr. Eng. Cândido José de Araújo, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo o Sr. Francisco de Assis Queiroz, brasileiro, casado, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Caldeira Castelo Branco, Duque de Caxias, Passagem José Luiz, Antiga (Boa Ventura), e Domingos Marreiros, a 50,40m.

Dimensões:
Frente — 7,55m.
Fundos — 48,75m.
Área — 408,28125m².

Travessão — 9,20m.

Forma regular. Confina à direita com o imóvel n. 216 e à

esquerda com o de n. 210. Terreno edificado com o prédio coletado sob o n. 212.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 17 de abril de 1958.

Candido José de Araújo
Secretário de Obras
(T — 21.374 — 23/4, 3 e 13/5/58)

Aforamento de Terras

O Snr. Eng. Candido José de Araújo, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo o Snr. Candido Cancio da Silva, brasileiro, solteiro, maior, residente nesta Cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: S. Miguel, S. Silvestre, Carlos de Carvalho e Honório José dos Santos, a 112,45m.

Dimensões:
Frente — 15,00m.
Fundos — 66,00m.
Área — 990m².

Forma regular. Confina por ambos os lados com quem de direito. Terreno edificado n. 14.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 8 de abril de 1958.

Candido José de Araújo
Secretário de Obras
(T — 21.378 — 23/4, 3 e 13/5/58)

Aforamento de Terras

O Snr. Eng. Candido José de Araújo, Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que havendo o Sr. Jones do Nascimento, brasileiro, solteiro, maior, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Gentil Bitencourt, Conselheiro Furtado, Alcindo Caccella e 14 de Março, a 34,60m.

Dimensões:
Frente — 5,15m.
Fundos — 13,00m.
Área — 66,95m².

Forma regular. Confina à direita com o imóvel n. 678 e à esquerda com o de n. 682. Terreno edificado sob o n. 680.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do refe-

rido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original à porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Candido José de Araújo
Secretário de Obras
(T — 21.377 — 23/4, 3 e 13/5/58)

SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE OBRAS TERRAS E VIAÇÃO

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que por Adelaide Carneiro da Silva, nos termos do art. 70. do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola sitas na 16a. Comarca, 450. Termo, 45 Município, Irituia e 1190. Distrito, com as seguintes indicações e limites: — Uma sorte de terras devolutas do Estado, limitando-se pela frente com a Rodovia Federal BR-14 (Transbrasiliana), margem esquerda, a começar do Kilômetro 148 ao 151, pelos lados e fundos com terreno do Estado, medindo 3.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Irituia.

Seção de Terras da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 2 de maio de 1958. — (a) Joana Ferreira da Cruz respondendo pelo Oficial Administrativo.

(Em — 3, 13, e 22/5/58)

ANÚNCIOS

INDÚSTRIAS REUNIDAS UNIÃO FABRIL S. A.

Ata da Assembléia Geral Ordinária de Indústrias Reunidas União Fabril S. A.

Aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, às dezesseis horas, na sede social, à trav. do Chaco, 903, reuniu a assembléia geral de Indústrias Reunidas União Fabril S. A., em sessão plenária, a fim de deliberar sobre o relatório, contas e balanço do exercício de 1957. Assumiu a presidência dos trabalhos o acionista dr. Octávio Augusto de Bastos Meira para isso indicado pelos demais, que convidou para secretários os acionistas José de Matos Lima e Norberto do Coral. Havendo número legal, consoante chamada procedida pelo livro de presença, o presidente declarou abertos os trabalhos mandando que o primeiro secretário procedesse a leitura dos anúncios de convocação desta assembléia, publicados no DIÁRIO OFICIAL e na "Fôlha do Norte" dos dias 28, 29 e 30 de março, findo os quais estão assim redigidos: "Indústrias Reunidas União Fabril S. A. — Convocação. Temos a satisfação de convidar os senhores acionistas para se reunirem em assembléia geral ordinária no dia 5 de abril do corrente ano, às 16 horas, na sede social, à trav. do Chaco, 903, para os seguintes fins: — a) discutir e deliberar

sobre o relatório e contas apresentadas pela diretoria e o respectivo parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1957; b) eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1958 e bem assim fixar os seus proventos; c) o que ocorrer. Belém, 28 de março de 1958. (a.) Navas Pereira, presidente. A seguir o senhor presidente mandou que se procedesse à leitura do relatório da Diretoria, balanço, demonstração de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal sobre esses documentos, tudo referente ao exercício de 1957, o que feito foi a matéria submetida à discussão. Encerrada esta e submetidos esses documentos a votos foram aprovados unanimemente, abstendo-se a diretoria e os membros do Conselho Fiscal de tomar parte na votação. A seguir o sr. presidente declarou que ia proceder à eleição para os cargos da Diretoria. O acionista Navas Pereira preliminarmente esclareceu ao plenário que embora constituída de quatro membros a Diretoria estava somente integrada por 2 membros que se têm revelado suficientes e assim consultava a assembléia geral se havia conveniência na eleição completa ou se bastaria eleger dois diretores deixando vagos os outros dois mandatos para oportuna decisão, caso os negócios sociais exigissem maior número de dirigentes. A assembléia decidiu unanimemente preencher imediatamente dois cargos da Diretoria, ficando de ser convocada oportunamente uma assembléia extraordinária que decidirá sobre a conveniência de uma reforma estatutária que reduza o número de diretores. O presidente suspendeu a sessão por dez minutos para os senhores acionistas organizarem as cédulas de votação para a Diretoria e para o Conselho Fiscal. Reabertos os trabalhos e procedido ao pleito verificou-se o seguinte resultado: Diretoria, presidente: Manuel Benito A. Navas Pereira, português, casado, industrial, diretor; Raimundo Leite Pereira, brasileiro, casado, industrial, Conselho Fiscal — Membros: Bastos — Dr. Octávio Augusto de Bastos Meira, brasileiro, advogado, casado; Candido Mariano da Rocha, brasileiro, casado, comerciante; José de Matos Lima, português, casado, comerciante. Suplentes: Marcelino da Silva Pinho, português, casado, comerciante; Celestino Augusto Coelho, português, casado, comerciante e Germano de Carvalho, português, casado, comerciante. A seguir a assembléia geral passou a deliberar sobre a remuneração aos diretores e conselheiros fiscais, ficando estabelecido que o diretor presidente perceberá trinta mil cruzeiros mensais e o outro diretor vinte mil cruzeiros mensais e cada membro do Conselho Fiscal (efetivo), trezentos cruzeiros mensais. A seguir sendo dada a palavra a qualquer dos acionistas sobre assuntos gerais da sociedade, foi discutida a possibilidade e conveniência de a sociedade expandir as suas atividades para se dedicar também à compra e venda e exportação de fibras, pimenta do reino e outros artigos de produção regional, ficando a diretoria autorizada a tomar as providências para esse fim. Nada mais havendo

de a tratar o presidente suspendeu a sessão por quinze minutos para a elaboração desta ata. Reabertos os trabalhos, lida a ata e achada conforme foi ela aprovada, sendo assinada pela mesa e demais acionistas presentes.

Belém, 5 de abril de 1958. — (aa.) Dr. Octávio Augusto de Bastos Meira — Presidente, José de Matos Lima — 1o. secretário; Norberto do Coral — 2o. secretário; Manuel Benito A. Navas Pereira; Francisco Cavaleiro Clara; Alvaro Gouveia; Hernani P. de Matos Lima; p.p. Manuel de Matos Lima — Hernani P. de Matos Lima; Fernando de Matos Lima; Marcelino da Silva Pinho; Celestino Augusto Coelho; Eduardo Augusto Ventura; Raimundo Leite Pereira; Lidia Auvette Teixeira.

(T. — 21527 — 3-3-58)

SOBRAL, IRMÃOS S. A.

Assembléia Geral Extraordinária

Convidamos os Srs. Acionistas para a reunião de Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se em nossa sede social à Av. Cipriano Santos, n. 210, no próximo dia 12 de maio do corrente ano às 16 horas, a fim de tratar da reforma dos estatutos e o que ocorrer.

Belém, 30 de abril de 1958.
Acácio J. F. Sobral, Presidente.

(T — 21.526 — 1, 3 e 6/5/58)

JUNTA COMERCIAL

EXONERAÇÃO DE LELOEIRO E LEVANTAMENTO DE FIANÇA

Oscar Faciôla, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Diretor da Junta Comercial, em Belém, etc.

Faz saber que havendo o leiloeiro da praça João Manoel Nogueira de Freitas, requerido sua exoneração, em consequência o levantamento de sua fiança, depositada na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Pará, o qual foi despachado por esta Diretoria a 4 de março de 1958, é expedido o presente edital com o prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da publicação, na conformidade da Lei, para ser afixado no salão da Bolsa do Comércio e publicado no DIÁRIO OFICIAL, devendo os interessados apresentarem as suas reclamações dentro do aludido prazo, findo o qual poderá ser levantada a fiança.

Junta Comercial do Pará, em Belém, 1 de abril de 1958. — (a.) OSCAR FACIOLA.

(T. 21364 — 10, 25-4 e 2-5-58)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Justiça

DO ESTADO DO PARA

ANO XXI

BELÉM — SÁBADO, 3 DE MAIO DE 1958

NUM. 5.093

ACÓRDÃO N. 146
Mandado de Segurança da
Capital

Requerentes: — Manoel Pereira e outros proprietários de veículos de transporte coletivo desta cidade (76 empresários); o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém; e a Prefeitura Municipal de Belém (litis consortes).

Requeridos: — O Governador do Estado, o Comandante da Polícia Militar e Supervisor do Departamento de Segurança Pública e o Delegado de Trânsito.

Relator: — O Exmo. Sr. Desembargador Osvaldo de Brito Farias, designado para lavrar o acórdão.

EMENTA: — Continúa em pleno vigor, com todos os dispositivos que o integram, o Código Nacional de Trânsito baixado com o Decreto-lei n. 3.651, de 5 de setembro de 1941, notadamente o que preceituam os seus arts. 10.º e 20.º acerca da competência outorgada de modo geral à União para legislar sobre regulamentação, organização e regularização do Serviço de Trânsito em todo o território nacional, de conformidade aliás com o que prescreve a Constituição Federal, em seu art. 50.º n.º X e n.º XV letra j), a respeito do estabelecimento do plano nacional de viação a quem compete e de normas sobre o tráfego interestadual; e de forma supletiva ou complementar ao Estado, a quem por sua vez compete o estabelecimento do plano estadual de viação e de normas sobre o tráfego intermunicipal de acordo com o disposto no art. 18 em combinação com o art. 60.º da mesma Constituição. É o que vem de proclamar o Supremo Tribunal Federal através do venerando acórdão data do de 17 de maio de 1957 proferido por unanimidade ao pronunciar-se pela perfeita constitucionalidade da Lei Paulista n.º 2.753, de 14/10/1954, que alterou a antiga Lei Orgânica dos Municípios daquela Unidade Federativa, restabelecendo a competência do Estado em matéria de trânsito, nos termos das normas federais existentes a respeito, e consequentemente pela competência deste para legislar sobre trânsito urbano, bem como para executar as medidas ou providências atinentes à fiscalização, policiamento, controle e regularização completa e perfeita de seu respectivo serviço, ao mesmo tempo que as conducentes a evitar ou prevenir e punir ou reprimir as infrações

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

ligadas a tal serviço, dado o fato de interessar o mesmo não somente ao município, mas concomitantemente ao Estado que é, face ao sistema político administrativo de Governo sob o regime de República Federativa em que vivemos, quem dita aquele, através de seu órgão legislativo competente, a norma jurídica de sua própria vida pública ou dispõe sobre a sua própria organização como unidade autônoma simplesmente administrativa, o que vale dizer, sem poder de auto-organização, ou poder constituinte.

Proclama ainda o venerando acórdão acima citado, em certa passagem expressiva do parecer emitido pelo eminente Dr. Procurador Geral da República e que foi adotado ou endossado pela unanimidade dos conspícuos Srs. Ministros que o proferiram: — "A autonomia municipal ficou limitada pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse" (art. 28, inciso II, da Constituição Federal). Esse "peculiar interesse", cumpre explicar-se, conforme esclarece mencionado acórdão no desenvolver de seus douts e lucidos fundamentos, é aquele que é privativo, que é exclusivamente do âmbito de seu poder administrativo, que diz respeito restritamente à sua competência ou jurisdição administrativa. Assim sendo, o serviço de trânsito foge da sua alçada, poder ou jurisdição administrativa, por se tratar de um serviço que irradia um interesse que exige a ação autosuficiente do Estado, como unidade federativa detentora do poder de auto-organização ou de poder constituinte, e com possibilidade portanto de munir-se dos elementos necessários para dar conta cabal dos encargos múltiplos, complexos e variados atinentes a tal serviço.

A emprestar-se ao texto do art. 16, alínea 16, da Lei Paraense n.º 158 (Lei Orgânica dos Municípios), de 31 de dezembro de 1948, expresso nestes termos: — "Compete ao Município prover tudo quanto diz respeito ao seu peculiar interesse e, especialmente: veículos, transportes e trânsito público em geral" — a interpretação que lhe quiseram atribuir os impetrantes, qual seja a consistente no fato de se dever deduzir da redação de tal texto ser o trânsito público em geral, ou todo o serviço de trânsito, notadamente no que se refere ao estabelecimento das normas para a

sua regulamentação ou regularização, controle, policiamento, fiscalização e punição das respectivas infrações, da competência exclusiva do município, mesmo que se admita tratar-se do enquadrado dentro dos limites territoriais deste ou do urbano, como querem os impetrantes, porque esse serviço, como alegam eles, está compreendido dentro da expressão vaga do "peculiar interesse municipal", usada no art. 28 da Constituição Federal, era de tomar-se esse dispositivo de lei como absolutamente inexequível, por contrário ao que taxativamente prescrevem os já citados dispositivos do art. 50.º e seus ns. X e XV, letra j), da Constituição Federal, ao firmarem a competência da União para o estabelecimento do plano nacional de viação, bem como para legislar sobre o tráfego interestadual; e ainda os já também citados dispositivos dos arts. 18 e 60.º da mesma Constituição, no que concerne à competência outorgada ao Estado para legislar de forma supletiva ou complementar sobre matéria de trânsito e consequentemente para o estabelecimento do plano estadual de viação, concomitantemente com o de normas sobre o tráfego intermunicipal; e assim de ser tido como visceralmente inconstitucional, como na verdade o é, e por conseguinte sem condições jurídicas para poder ter eficácia na sua exequibilidade. Todavia, é de compreender-se que o sentido do que o legislador constituinte quis dar ao texto de tal artigo da Lei Básica do País é diferente do que lhe quiseram emprestar os impetrantes, de vez que a expressão — "prover" — usada na redação desse artigo, parece estar empregada na acepção de "munir", "dotar", "dar", "fornecer", ou mesmo de "providenciar" ou "tomar providências acerca de" (Dicionário da Língua Portuguesa, de Cândido de Figueiredo, vol. II, pág. 378; Enciclopédia e Dicionário Internacional, vol. XVI, pág. 9.369), o que importa em concluir-se que ao município ou ao seu respectivo Prefeito compete sim, na realidade, como obrigação que lhes é imposta por lei, por a serviço do povo, da coletividade ou dos seus respectivos municípios, veículos, transportes, ruas, estradas, pontes e tudo finalmente necessário a permitir, facilitar e prodigalizar aquele o trânsito público em geral, ou mais claramente explicando, os meios próprios de trans-

porte ou de condução quer de pessoas, quer de cargas, com que deve contar uma cidade ou um município, a par dos prodigalizados por particulares e mesmo pela União ou pelo Estado de cujo respectivo território, tal município seja parte integrante, todos entretanto sujeitos ao regime de fiscalização, policiamento, regulamentação ou regularização, controle, prevenção e punição das respectivas infrações, por parte do Estado, por intermédio de sua competente Delegacia de Polícia de Trânsito, com base nas Leis Federais reguladoras da espécie e nas supletiva ou complementarmente baixadas pelo Estado, como já foi explicado acima.

O Código de Posturas Municipais não pode conter dispositivos que contrariem normas, regras ou princípios básicos acerca da competência em matéria de serviço de trânsito, atribuída pela Lei Básica do País à União e ao Estado.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança, da Comarca da Capital, em que são partes como requerentes, Manoel Ferreira e outros proprietários de veículos de transporte coletivo desta cidade (76 empresários); o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém; e a Prefeitura Municipal de Belém (litisconsortes); e como requeridos o Governador do Estado, o Comandante da Polícia Militar e Supervisor do Departamento de Segurança Pública e o Delegado de Trânsito.

I — Verifica-se pelo que expressam os respectivos petições dos requerentes, que os primeiros isto é, Manoel Pereira e outros proprietários de veículos de transporte coletivo desta cidade, sob a alegação de serem concessionários do serviço de transporte coletivo de Belém, e mais de estarem autorizados a fazer esse serviço em linhas privilegiadas e não poderem, portanto, vir a ser deslocados das mesmas, bem assim da competência do serviço de trânsito urbano ser do município de Belém, e não do Estado, por ser assunto de peculiar interesse do município da Capital e da sua autonomia, requerem Mandado de Segurança contra "a execução do regime de rodízio de linhas" ordenado pelas autoridades estaduais acima mencionadas, como requeridos; que o segundo, ou seja o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém, alegando por sua vez ser o serviço de trânsito da competência exclusiva do município de Belém, inclusive, por conseguinte,

o estabelecimento de veículos na Praça da República, requer também Mandado de Segurança contra a limitação do número de carros de aluguel naquele local, ordenada pelas autoridades estaduais supra referidas, como requeridos, por importar tal ordem em restrição ilegal ao direito de trabalho dos requerentes ou ao exercício de sua profissão; finalmente, que o terceiro ou terceiro requerente, aliás a Prefeitura Municipal de Belém, com base também na alegação de ser o trânsito da competência exclusiva do município de Belém, pelo fato desse serviço estar compreendido dentro da expressão vaga do "peculiar interesse municipal, usado no art. 28 da Constituição Federal e mesmo porque essa privatividade de serviço está explícita no art. 16 da Lei Orgânica dos Municípios paraenses, qual seja a de n. 158, de 31 de dezembro de 1948, redigido dito artigo nestes termos: — "Compete ao município PROVER tudo quanto diz respeito ao seu peculiar interesse e especialmente: Veículos, transporte e trânsito público EM GERAL". — Requer da mesma forma Mandado de Segurança para, como os dois primeiros requerentes, ver reconhecido, garantido e respeitado o seu alegado direito "líquido e certo".

II — Reunidos os três pedidos de Mandado de Segurança num só processo, que é o presente, por se tratar litisconsortes, o que por sinal foi determinado pelo Excmo. Sr. Desembargador Relator inicial do feito, a requerimento do advogado dos impetrantes, foi pelo mesmo Relator, o Excmo. Sr. Desembargador, Inácio de Souza Moita, por despacho de 8 de dezembro de 1957 recém findo, concedida a liminar requerida pelos primeiros e segundo requerentes, no que concerne aos atos referentes a rodízio de ônibus ou distribuição de linhas no perímetro da cidade e dos que incidem sobre o estacionamento de veículos de aluguel, inclusive da ordem de redução do número desses carros, na Praça da República, conforme se vê dos termos do dito despacho figurante de fls. 52 e verso destes autos.

III — Pedidas as informações de lei ao Excmo. Sr. Governador do Estado e demais autoridades estaduais acusadas como responsáveis pelos atos impugnados, aquele as prestou, no prazo legal, por si e por seus subordinados hierárquicos, através do arrazoado constante de fls. 58 a 62, no desenvolver do qual defende a legalidade e juridicidade de tais atos consubstanciados na Portaria n. 308, de 23 de agosto de 1957, do Sr. Chefe de Polícia, que limitou o número de carros para estacionamento na Praça da República, por ordem expressa do Governo do Estado, e nas determinações resultantes do cumprimento dado aos dispositivos do Decreto n. 76, de 5 de abril de 1944, publicado no DIÁRIO OFICIAL de 12 de junho do mesmo ano, que criou, organizou e regulamentou, de conformidade com o que preceitua os seus arts. 177 a 183, os Serviços de Trânsito no Estado do Pará, a princípio, por intermédio da antiga Inspetoria de Trânsito, posteriormente transformada em Delegacia de Trânsito, pelo Decreto n. 4.274, de 20 de março de 1943, por terem sido esses Decretos elaborados com rigorosa ebediência aos dis-

positivos do art. 10, parte segunda, e art. 20, do Código Nacional de Trânsito, baixado com o Decreto-lei n. 3.651, de 25 de setembro de 1941, motivo por que não assiste razão jurídica e legal, mormente direito líquido e certo aos impetrantes para se insurgirem contra os já acima referidos atos impugnados, emanados da Delegacia Estadual de Trânsito e das demais autoridades estaduais que vêm com ela regularmente colaborando e ainda menos para arrogar-se o poder, sem ter outorga para tal, como o fazem os primeiros e o segundo impetrantes, de defender o direito que a Prefeitura Municipal ou o Município de Belém, se quer atribuir "o da competência exclusiva em matéria de serviço de trânsito dentro da área urbana ou dos limites de seu respectivo território", pois que a autonomia que lhe confere o art. 28 da Constituição Federal, e meramente administrativa, isto é, circunscrita aos seus direitos e às suas atividades no âmbito dos assuntos administrativos, concernentes à vida comunal, tanto que é o Estado que lhe dita a ação normativa para tal, ao dispor sobre a organização municipal, através da elaboração, por seu órgão legislativo, competente, da devida Lei Orgânica.

E após abordar o caso do direito que assiste ao Estado de legislar a respeito das questões que firam interesse da coletividade constituída em Unidade Federativa, e frisar ser, portanto, defeso ao município pretender invadir a esfera dos serviços públicos confiados ao Estado e por este regulamentado e perfeitamente orientado, para o bem da comunidade, como é o caso dos Serviços de Trânsito no Estado do Pará, buscando afinal apoio nos fundamentos emitidos pelo venerando Acórdão do Supremo Tribunal Federal, oriundo da Representação n. 263, apresentada pela Prefeitura de São Paulo contra a Assembléia Legislativa do mesmo Estado, acerca de como se deve encarar a conceituação da autonomia do Município no campo das matérias de seu "peculiar interesse, de que fala o já citado art. 28 da Constituição Federal, visto "que não raro se entrecroçam as múltiplas atividades e funções municipais com as conveniências estaduais, sem que seja possível a delimitação de fronteiras entre as mesmas, situação em que deve prevalecer a competência do Estado, dado os interesses coletivos em jogo, conforme expressa o pronunciamento unânime dos Srs. Ministros na concretização da decisão desse Acórdão, conclui por se manifestar pela improcedência das seguranças impetradas e seu consequente indeferimento.

IV — Ouvido o Dr. Procurador Geral do Estado, emitiu este, também no prazo legal, o seu parecer jurídico constante de fls. 71 a 83 dos presentes autos, através do qual, por parecer, argumentando de início a falta de qualidade legal dos primeiros requerentes, isto é, Manoel Pereira e outros, proprietários de veículos de transporte coletivo desta cidade (76 empresários), por não serem eles, à luz do que explica a doutrina, a lei e a jurisprudência, concessionários e nem, permissionários do serviço público de transporte de Belém; bem assim a falta de prova nos autos da existência regular e legal do segundo requerente, o

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém, de modo a poder este ser admitido como perfeitamente habilitado a defender judicialmente os interesses de seus associados e com referência à terceira requerente, a Prefeitura Municipal ou o município de Belém, o fato de ser inconstitucional o art. 16 da Lei Orgânica dos Municípios, a que se apêga esta impetrante, e por consequência ser de admitir-se não terem sido conferidos à mesma poderes para fazer o serviço de trânsito urbano, o que importa em dizer-se inexistir a competência municipal invocada, mesmo porque o serviço de trânsito não é matéria de peculiar interesse municipal, isto é, exclusivamente comunal, mas de interesse geral do Estado; depois de entrar em longa apreciação em torno da alegada, competência sobre o serviço de trânsito por parte dos três impetrantes em favor da Prefeitura Municipal ou do município de Belém, no que diz respeito aliás ao chamado trânsito urbano; com base nos fundamentos do venerando Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 17 de maio de 1957 recém findo, já citado, do qual transcreve diversos trechos de seu respectivo texto, bem como em outros arêstos, cujas respectivas ementas reproduz em o seu dito parecer, conclui por afirmar ser o serviço de trânsito da competência do Estado nos termos do Código Nacional de Trânsito, que está de pé, conforme decidiu o Excelso Pretório através do supra mencionado Acórdão de 17/5/1957, e nos termos do Regulamento de Trânsito do Estado do Pará, isto é, o baixado com o Decreto-lei n. 3.651, de 25/9/1951, que foi elaborado de acordo com o dito Código Nacional de Trânsito, razão por que conclui por se manifestar também pela improcedência e não cabimento das seguranças impetradas, e por consequência pelo indeferimento das mesmas.

V — Assim exposta a matéria em debate, cumpre agora decidir-se da procedência ou não dos pedidos para a final pronunciamento julgador cabível.

Ató decidir favoravelmente ao Governo do Estado de São Paulo, face a uma representação, sob n. 263, emanada do Prefeito Municipal da Capital daquele Estado, por intermédio do Dr. Procurador Geral da República, contra a Assembléia Legislativa do mesmo Estado, a pendência ferida entre o Governo do referido Estado e a Prefeitura Municipal de sua mencionada Capital, no sentido de ser resolvido afinal, em definitivo, a qual dos dois cabia a competência para legislar sobre trânsito urbano, bem como para executar as medidas ou providências atinentes a fiscalização, policiamento, controle, regulamentação ou regularização completa e perfeita de seu respectivo serviço, ao mesmo tempo que as conducentes a evitar ou prevenir, e punir ou reprimir as infrações ligadas a tal serviço, isto, em virtude do surgimento da nova Lei Orgânica dos municípios do dito Estado, sob n. 2.753, de 14 de outubro de 1954, votada pela Assembléia Legislativa local, lei essa que alterou a antiga Lei Orgânica dos Municípios daquela Unidade Federativa, restabelecendo a competência do Estado em matéria de trânsito, nos termos das normas federais existentes a respeito, e consequentemente tirou dos mu-

nicipios essa competência que lhes teria sido outorgada pela lei anterior, motivo por que foi arguida de inconstitucional pelo Prefeito paulista, o autor da representação em apreço, por ferir, segundo alegara ele, a autonomia outorgada aos municípios, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Constituição Federal, isto é, — "pela administração própria no que concerne ao seu peculiar interesse". — declarou de modo firme e perentório o Supremo Tribunal Federal, através do venerando Acórdão, datado de 17 de maio de 1957, proferido por unanimidade, continuar em pleno vigor, com todos os dispositivos que o integram, o Código Nacional de Trânsito, baixado com o Decreto-lei n. 3.651, de 5 de setembro de 1941, notadamente o que preceituam os seus arts. 10. e 20., acerca da competência outorgada de modo geral à União para legislar sobre regulamentação, organização e regularização do Serviço de Trânsito em todo o território nacional, de conformidade aliás com o que prescreve a Constituição Federal, em seu art. 50., n. X e n. XV, letra j), a respeito do estabelecimento do plano nacional de viação a quem compete e de norma sobre o tráfego interestadual; e de forma supletiva ou complementar ao Estado a quem por sua vez compete o estabelecimento do plano estadual de viação e de normas sobre o tráfego intermunicipal, de acordo com o disposto no art. 18, em combinação com o art. 60, da mesma Constituição, ao mesmo tempo proclamou a perfeita constitucionalidade da referida nova Lei Orgânica dos Municípios do aludido Estado e consequentemente a competência deste sobre matéria de trânsito urbano, dado o fato de interessar o mesmo não somente ao município, mas comitadamente ao Estado que é, face ao sistema político administrativo de Governo sob o regime de República Federativa em que vivemos, quem dita aquele, através de seu órgão legislativo competente, a norma jurídica de sua própria vida pública ou dispõe sobre a sua própria organização como unidade autônoma simplesmente administrativa, o que vale dizer sem poder de auto-organização, ou poder constituinte.

É assim que esclarecendo a predominância dos interesses estaduais sobre os municipais, principalmente quando eles se interpenetram, de modo a não se poder precisar onde começa um e onde acaba o outro, bem como o fato de não ter sido em absoluto revogado pela vigente Constituição da República, ao definir através do dispositivo de seu já citado art. 28, a competência dos municípios, ou traçar os limites da autonomia destes, e mais o fato de não ter sido revogado pela mesma Constituição o Código Nacional de Trânsito, baixado com o Decreto n. 3.651, de 31 de setembro de 1951, mas continuar o mesmo em pleno vigor disserta, da seguinte maneira o já mencionado venerando Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 17 de maio de 1957, no presente trecho de seu respectivo texto:

"O trânsito de veículos, assim como todos os fatores que o condicionam, estão estreitamente ligados ao desenvolvimento econômico, do Estado.

Por isso, o Código Nacional de Trânsito, com a redação da...

da pelo Decreto-Lei n. 3.651, de 5 de setembro de 1941, estipulou como obrigação do Estado o que ali está prescrito. Diz, por exemplo, o art. 10. que o Código regulará o trânsito de veículos automotores de qualquer natureza, nas vias terrestres abertas à circulação pública, em todo o território nacional, e que as leis estaduais relativas ao trânsito e aos condutores dos demais veículos, aos pedestres, aos animais e à sinalização local, devem adaptar-se às disposições do Código, no que for aplicável, baixando os Estados para esse fim os regulamentos e instruções complementares. E o art. 20. completando a defesa da lei estadual n. 2.753, de 1954, ao dispor que cada Estado organizará de acordo com as suas necessidades, os serviços administrativos destinados ao cumprimento dos dispositivos do Código, obedecendo as normas gerais da legislação federal. Ainda diz o Código que a carteira nacional será obtida com a prestação de exame nas Capitais dos Estados, nas respectivas Repartições estaduais de trânsito. Se se pretendesse alegar a revogação desses textos pela Constituição, caberia invocar o princípio da continuidade das leis conforme já se manifestou o Supremo Tribunal.

E ocupando-se o Venerando Acórdão em referência, em outra passagem de seu texto, da autonomia dos municípios, diz de forma clara e precisa que "a autonomia municipal ficou limitada pela administração própria no que concerne ao seu peculiar interesse". Ora, esse peculiar interesse, cumpre explicar-se, conforme esclarece mencionado Acórdão no desenrolar de seus doutos e lúcidos fundamentos, é aquele que é privativo, particular, inteiramente da alçada do município, que é exclusivamente do âmbito de seu poder administrativo, que diz respeito restritamente à sua competência ou jurisdição administrativa, por se tratar de um serviço que irradia um interesse que exige a ação auto-suficiente do Estado, como unidade federativa detentora do poder de auto-organização ou de poder constituinte, e com possibilidade portando de munir-se dos elementos necessários para dar conta cabal dos encargos múltiplos, complexos e variados atinentes a tal serviço, mesmo porque, como está explicado acima, trata-se de uma certa modalidade de serviço que não pode ser tido no rol daqueles que interessam exclusiva, particular ou privativamente ao município e portanto poder ser tido como de seu peculiar interesse, de modo a se enquadrar perfeitamente no grupo dos mistérios integrantes da chamada administração própria, uma das características expressivas da autonomia outorgada pela Lei Básica aos municípios nos termos do que prescreve o já citado art. 28, inciso II, dessa mesma Lei Básica, pois que, pelo contrário interessa concomitantemente ao Estado de maneira mais acentuada, relevante e justificada dado o seu poder de alçada dentro da esfera administrativa da federação que é o órgão máximo de nosso sistema político administrativo governamental, de cuja federação os Estados constituem

as unidades federativas que integram, tendo cada um desses Estados, como já foi dito, poder de auto-organização ou poder constituinte, poder esse que face aos municípios de que são eles constituídos, como enquadrados na área de seus respectivos territórios e por consequência sob o âmbito de seu poder ou direito de ditar-lhes a norma jurídica de sua própria vida pública ou de dispor sobre a sua própria organização como unidade autonoma simplesmente administrativa, cuja atividade deve ater-se aos assuntos exclusivamente administrativos e concernentes apenas à vida comunal, isto é, assuntos da sua intimidade, que lhe sejam privativos e escapem à vida de relação com o Estado, por isso que com referência a assuntos ou serviços administrativos que interessem concomitantemente ao Estado e ao município, além do interesse daquele ser de caráter fundamental ou primordial e dever portanto prevalecer sobre o destes, sucede mais que as esferas dos dois interesses em jogo ligados a tal modalidade de assuntos ou serviços administrativos se interpenetram, de modo a ser difícil, senão impossível estabelecer-se os seus limites divisórios, ou seja, onde acaba um e onde começa outro, eis a razão por que na hipótese em consideração não se poderá jamais emprestar a modalidade de assuntos ou serviços em referência a condição do peculiar interesse para fazê-los ou torná-los privativos, puramente ou totalmente da alçada do município.

E de salientar-se ainda que um dos motivos, fatores ou razões das mais relevantes para a competência do Estado preponderar sobre a do município, no que se prende ao Serviço de Trânsito, é a consistente no fato de não só os veículos transitarem, não apenas dentro das divisas municipais ou dos respectivos limites territoriais do município, mas por todo o Estado e fora dele, como acontece também com as estradas de rodagem ou estradas de ferro que se estendem também além dos limites atinentes ao município, e chegam as vezes mesmo a se estender pela área de dois ou três municípios ou mais, o que vem pôr em evidência os interesses do Estado ligados às garantias dos cidadãos, à segurança do tráfego e a tudo finalmente que se prenda à perfeita regularização do Serviço de Trânsito, de modo a prevalecerem, sem qualquer sombra de dúvida, tais interesses sobre o peculiar interesse de cada um dos municípios integrantes de determinado Estado, razão por que seria de todo inadmissível permitir-se a cada município dispor a seu modo, acerca das medidas ou providências atinentes à regularização, fiscalização, policiamento e perfeito funcionamento do Serviço de Trânsito urbano ou enquadrado dentro dos limites de seu respectivo território, visto que tal permissão viria concorrer para a tumultuação ou mesmo para a desorganização completa do trabalho ligado à ação das autoridades encarregadas da sua execução, dado o fatal desentendimento ou conflito em que entrariam com as autoridades estaduais detentoras de incumbência idêntica dentro do território do Estado respectivo, mormente devido ao fato do Estado estar em condições jurídicas, legais e eco-

nômicas mais favoráveis para dispor de melhores meios materiais, principalmente no que diz respeito a pessoal técnico e aparelhagem indispensável, no sentido de poder ser assegurada a eficiência do mesmo serviço em prol da coletividade.

É o que elucidam os fundamentos do Venerando Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 17 de maio de 1957, já aqui invocado, em outra passagem de seu texto, que passa a ser abaixo transcrita:

"Bem o acentuou a Procuradoria Geral do Estado, ao dizer da inconveniência da atividade municipal no setor do trânsito, pois o interesse geral reclama a exata fiscalização da circulação no território do Estado, com a pronta identificação dos veículos e a apuração da liceidade de sua posse pelos condutores, bastando assinalar-se o combate aos delinquentes que se entregam ao furto de automóveis. A autonomia municipal ficou limitada pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse (art. 28, II, da Constituição Federal), e os veículos transitam, não apenas dentro das divisas municipais, mas por todo o Estado e fora dele. As garantias dos cidadãos, a segurança do tráfego, os interesses do Governo Estadual demandam indagar se não está SOBREPOSTO o peculiar interesse de cada município. Permitir que cada município disponha, a seu modo, das cautelas exigidas no trânsito de veículos, na concessão de carteiras de motoristas, no registro de veículos, no exame médico, na matrícula do condutor, será correr o risco de TUMULTUAR trabalho cuja orientação necessita de todo empenho das AUTORIDADES ESTADUAIS. Sem plano determinado e serviço auto-suficiente, estaria o trânsito do Estado em ampla desorganização".

Há, não resta dúvida, os serviços que são inteiramente municipais, como são, por exemplo, o de arborização de ruas, praças e jardins, o de urbanismo e o de lançamento de decimas urbanas, nos quais o Estado não pode e não deve ter qualquer ingerência. Porém, outros há em que o interesse do Estado se faz sentir em concomitância com o município, o que ocorrendo, dado o caráter fundamental ou primordial daquela, como já foi dito acima, é do mesmo predomínio sobre o deste, principalmente sendo evidente, pela verificação de determinadas circunstâncias de ordem jurídica, legal ou mesmo de fato, o avantajamento do primeiro sobre o segundo, como sucede, por exemplo, na espécie dos autos, com o caso do Serviço de Trânsito que é objeto da pendência entre os impetrantes e os impetrados na disputa da competência para o seu controle, policiamento, fiscalização, regulamentação ou regularização, e tomada de medidas ou providências preventivas para evitar, ou tendentes a punir-se as infrações previstas por leis, de vez que os verdadeiros, autênticos, inatáveis e iniludíveis preceitos de lei, princípios básicos irretorquíveis de doutrina jurídica e os pronunciamentos da jurisprudência nacional, com apóios mesmos preceitos e princípios, militam em favor do reconhecimento da competência do

Estado, haja vista para o que expressam os fundamentos do Venerando Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 17 de maio de 1957, já por duas vezes aqui citado, nesta outra passagem de seu respectivo texto que vai abaixo reproduzido:

"RAROS são os assuntos diz o Acórdão invocando Castro Nunes, dos quais, pelo só fato de estarem confirmados na área territorial do município, se pode DESINTERESSAR o Estado; muitos desses assuntos, peculiares ao município antigo, são hoje atendidos correspondentemente pelo Estado e pela municipalidade, quando não absolvidos por AQUELE".

Depois de citar Harriou, observa que a distinção parte da possibilidade pressuposta de serem demarcados os dois campos de ação, as duas ordens de interesses, e daí a conceituação da chamada esfera própria; mas nesse conceituação é que reside toda a dificuldade, porque se era fácil ao Estado antigo ISOLAR certos problemas locais, é difícil, senão IMPOSSÍVEL, segui-lo em grande número de serviços, no Estado moderno, penetrado de ideias socialísticas e influenciado pelo intenso desenvolvimento industrial e pelas condições da vida contemporânea, que estabelece uma rede de INTERESSE COMUNS entre o Estado e as suas cidades".

Mas, além do que expressam os claros, precisos e positivos fundamentos do venerando Acórdão supra referido, por sinal o mais recente pronunciamento havido por parte do Excelso Pretório, acerca da competência em matéria de serviço de trânsito urbano e interurbano ou intermunicipal, caber ao Estado, face do que prescrevem os dispositivos da Lei Básica já citada, bem como os do Código Nacional de Trânsito já aludidos, como competente que é também para a elaboração do plano estadual de viação, outras decisões anteriores existem proferidas nesse sentido, todas aliás oriundas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde justamente tiveram início as contendas referentes à disputa dessa competência entre tal Estado e diversos dos municípios que integram o seu respectivo território, sendo que dentre essas podem ser aqui invocadas em prol do esclarecimento do assunto, as que abaixo se seguem, sintetizadas através de suas respectivas ementas, inclusive duas que se anteciparam ao Excelso Pretório no reconhecimento ou proclamação da perfeita constitucionalidade da Lei Paulista n. 2.753, e já mencionada nova Lei Orgânica dos municípios daquele Estado, que modificará a lei antiga, restabelecendo a competência do Estado em matéria de serviço de trânsito urbano e interurbano ou intermunicipal, e por consequência a plena e integral competência do Estado no que concerne à responsabilidade da direção e controle geral de tal serviço. Elas:

"O Estado tem o poder de policiamento permanente os veículos que trafegam em seu território, e como conseqüência, competência para fazer o empacamento, e cobrar as taxas de registro e fiscalização, disciplinadas no Livro IX do

Código de Impostos e Taxas.

A razão que avoca ao Estado e a União, principalmente, o interesse pelo emplantamento, é óbvia; sem a observância de uma disciplina de ordem geral, nesse campo, impossível seria a fiscalização, fora da órbita do próprio município. Se é certo que a União deixou de chamar a si a execução do emplantamento, limitando-se a expedir regras que devem observar-se em todo o País, menos certo não é que o Estado, de sua parte, complementando as disposições federais, nada encontra que o impeça de assumir o serviço de emplantamento, em todo o seu território. E, aliás, o que na verdade sempre fez, malgrado a redação, agora corrigida, da Lei Orgânica dos Municípios. A dispersão de todos os serviços relacionados com o trânsito, por todos os municípios do vasto Brasil, com o olvido dos altos interesses dos Estados e da União, significaria a balbúrdia que jamais alguém quiz e que já não está imane em lei nenhuma. Não tem, pois, o impetrante, o direito certo e incontestável que apregoa (REVISTA DOS TRIBUNAIS, março de 1957, vol. 257, pág. 200. Julgamento do Tribunal de Justiça de S. Paulo, entre partes: impetrante a Prefeitura de Guararapes; e, impetrado, o Secretário de Segurança Pública. Processo n. 76.648).

"Aos Estados cumpre, dentro de sua esfera de ação constitucional, regulamentar a forma e o modo que confere ao interessado o exercício da direção do veículo, tanto a tração animal, como a motorizada (Ac. do Tribunal de São Paulo, proferido na Segurança entre partes: requerente José de Oliveira e outros; e, requerido, o Secretário de Negócios da Segurança Pública. REVISTA DOS TRIBUNAIS, vol. 226, Agosto de 1954, pág. 142)".

"..... os exames profissionais, a concessão de carteira de motorista, o emplantamento, nos termos do Código de Trânsito, pertencem ao Estado. O trânsito de um veículo não se faz só dentro do município, senão pelas estradas de rodagem, construídas, conservadas e fiscalizadas pelo Estado. Não seria razoável que o Estado custeasse o serviço e os municípios recolhessem taxas. O Estado porque tem sobre si o aparelhamento, com a sua seção de identificação, está em melhores condições de encarregar-se também da diplomação dos motoristas. Não se trata, portanto, de serviço de PECULIAR INTERESSE do município, mas do interesse da coletividade (Ac. do Tribunal de São Paulo, de 23 de maio de 1956, publicado na Revista dos Tribunais, vol. 256, pág. 291, proferido entre partes, impetrante a Municipalidade de São Paulo; e, impetrado, o Secretário de Negócios da Segurança Pública).

"Denega-se a Segurança se a Lei Municipal a que se pretende dar execução INVADIR a esfera de atribuições da União e do Estado, ao pretender regulamentar, de ma-

neira completa, o serviço de trânsito, inclusive no respeitante ao exame de habilitação dos motoristas, emplantamento, registro, etc., assuntos da competência federal e estadual. Aliás a matéria estaria SUPERADA pela lei estadual n. 2.753, de 14 de outubro de 1954, que deu nova redação ao inciso X do Parágrafo 10. da Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947, nos termos de seu art. 10.: mediante o convênio poderá o município receber delegações do Estado para o exercício das atribuições pertinentes ao trânsito e a circulação de veículos nas vias públicas, bem como no serviço de passageiros e cargas. (Ac. de 8 de fevereiro de 1955, do Tribunal de São Paulo, publicado na Revista dos Tribunais, vol. 234, pág. 144, e Revista de Direito Administrativo vol. 43, pág. 263).

"A nova Lei Orgânica dos Municípios n. 1, de 18 de setembro de 1947, no art. 16, n. 10, dispôs competir ao município prover aos seus interesses e bem estar, cabendo-lhe, privativamente, regular a utilização dos logradouros públicos e, em particular, o trânsito e circulação nas vias públicas, bem como o serviço de transporte de passageiros e cargas". Manifestamente esse dispositivo outorva aos municípios do Estado poderes que Sobrepujam os traçados na Constituição Federal e na Estadual. Com efeito, se cabe "privativamente" ao município regulamentar o trânsito e a circulação nas vias públicas, he como o serviço de transporte de passageiros e cargas, ELIMINADA ficou inteiramente a competência da União para estabelecer o plano nacional de viação (Const. Federal, art. 50, n. X) e para legislar sobre tráfego interestadual (citado art. n. XV, j) certo é que as "Vias Públicas" a que alude o dispositivo podem ser municipais, estaduais e federais. Desapareceu, semelhantemente, por força do mencionado art. 16, parágrafo 10, n. X, da Lei n. 1, a COMPETÊNCIA DO ESTADO (Const. Federal, art. 60.), para legislar supletiva ou complementarmente sobre o mesmo assunto, disciplinando a sua ingerência no que lhe interessasse. (Ac. do Tribunal de São Paulo, de 23 de maio de 1953, proferido no recurso "ex-officio" n. 73.863, sendo o recorrido, o município de São Paulo, publicado na REVISTA DOS TRIBUNAIS, vol. 255, pág. 368).

Como se vê, as decisões expressivas das duas últimas ementas de aresto acima transcritas, negaram execução ao dispositivo de certo artigo, parágrafo e inciso da antiga Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo, a de n. 1, de 18 de setembro de 1947, por haver o mesmo, na especificação de determinados serviços como de competência do município, invalidado a esfera de atribuições da União e do Estado, na forma do preceito no art. 50, ns. X e XV, letra j), e art. 60. da Constituição Federal, o que importou em ter sido tal dispositivo declarado inconstitucional e, portanto absolutamente inexecutável.

Pois bem, é precisamente o que ocorre com o art. 16 da Lei Paraense n. 158 (Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Pará), a cujo respectivo dispositivo se apegam também os impetrantes, ao defenderem a tese do conferimento da competência do trânsito público em geral ao município.

Não resta dúvida que a emprestar-se ao texto do art. 16, alínea 16, da Lei Paraense n. 158 (Lei Orgânica dos Municípios), de 31 de dezembro de 1948, expresso nestes termos: "Compete ao Município prover tudo quanto diz respeito ao seu peculiar interesse e, especialmente: veículos, transportes e trânsito público em geral" — a interpretação que lhe quiseram atribuir os impetrantes, qual seja a consistente no fato de se dever deduzir da redação de tal texto "ser o trânsito público em geral", ou todo o serviço de trânsito, notadamente no que se refere ao estabelecimento das normas para a sua regulamentação ou regularização, controle, policiamento, fiscalização e punição das respectivas infrações, da competência exclusiva do Município, mesmo que se admita tratar-se do enquadramento dentro dos limites territoriais deste ou de urbano, como querem os impetrantes, porque esse serviço, como alegam eles está compreendendo dentro da expressão vaga do "peculiar interesse municipal" usada no art. 28 da Constituição Federal, era de tomar-se esse, dispositivo da lei como absolutamente inexecutável, por contrário ao que taxativamente prescrevem os já citados dispositivos do art. 50, e seus ns. X e XV, letra J, da Constituição Federal, ao firmarem a competência da União para o estabelecimento do plano de viação, bem como para legislar sobre tráfego interestadual, e ainda os já também citados dispositivos dos arts. 18 e 60, da mesma Constituição, no que concerne a competência outorgada ao Estado para legislar de forma supletiva ou complementar sobre matéria de trânsito e consequentemente para o estabelecimento do plano estadual de viação concomitantemente com o de normas sobre o tráfego intermunicipal; e assim de ser ido como visceralmente inconstitucional, como na verdade o é, por conseguinte sem condições jurídicas para poder ter eficácia na sua executividade. Toda a de compreender-se que o sentido que o legislador constituinte quiz dar ao exo de alínea 16 da Lei Básica do País é diferente do que lhe quiseram emprestar os impetrantes, de vez que o expressão — "prover" — usada na redação desse artigo, parece estar empregada na acepção de "munir", "dotar", "dar", "fornecer", ou mesmo de "providenciar", ou "tomar providências acerca de" (Dicionário da Língua Portuguesa, de Cândido de Figueiredo, vol. II, pag. 378; Enciclopédia do Dicionário Internacional, vol. XVI, pag. 9.369), o que importa em concluir-se que ao município ou ao seu respectivo Prefeito compete sim, na realidade, como obrigação que lhe é imposta por lei, pôr a serviço do povo, da coletividade e dos seus respectivos municípios, veículos, transportes, ruas, estradas, pontes e tudo finalmente necessário a permitir, facilitar e prodigalizar aqueles o trânsito público em geral, ou mais claramente explicando, os meios próprios de transporte ou condução, quer de pessoas, quer de cargas, com que deve contar uma cidade ou um município, a par dos prodigalizados por particulares ou mesmo pela União e pelo Estado, de cujo respectivo território tal município seja integrante, todos os direitos sujeitos ao regime de fiscalização, policiamento, regulamentação ou regularização, controle, prevenção e punição das respectivas infrações, por parte do Estado, por intermédio de sua competente Delegacia de Polícia e de trânsito, com base nas Leis Fed-

rais reguladoras da espécie e nas supletiva ou complementarmente baixadas pelo Estado, como já foi explicado acima.

Releva esclarecer-se, da vênha, que como alerta oportuna e previamente o Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, em seu parecer de fls. 71 a 83, dos presentes autos, os arêstos invocados pelos impetrantes, por meio dos quais sustentam eles a defesa da tese da competência do município, no que diz respeito ao serviço de trânsito urbano ou atinente à área enquadrada dentro de seus respectivos limites territoriais, são todos anteriores ao Venerando Acórdão de 17 de maio de 1957, do Supremo Tribunal Federal, cuja respectiva certidão de teor figura de fls. 63 a 69 verso destes autos, — a decisão que resolveu em definitivo e em última instância o caso dessa competência reconhecida, declarada e proclamada perentoriamente como sendo do Estado.

Quanto ao frágil, irrelevante e injustificável apóio que buscam os impetrantes em dispositivos do Código de Posturas Municipais, não é de ser omada em consideração ou digno de atenção, visto que tal Código não pode conter dispositivos que contrariem normas, regras ou princípios básicos acerca da competência em matéria de serviço de trânsito, atribuída pela Lei Básica do País à União e ao Estado.

De forma que à luz do que elucidam os fundamentos de lei, de direito, de doutrina e jurisprudência que vem de ser expedido, provada está se acharem em pleno vigor os dispositivos do Código Nacional de Trânsito, baixado com o Decreto Lei n. 3.651, de 25 de setembro de 1941, pois que não foram revogados conforme declarou o Supremo Tribunal Federal, através de seu pronunciamento concretizado na decisão expressiva do Venerando Acórdão de 17 de maio de 1957, já citado, notadamente o preceituado em seus arts. 10. e 20., que assim prescrevem:

"Art. 1.º O trânsito de veículos auto-motores de qualquer natureza, nas vias terrestres abertas à circulação pública, em todo o território nacional, regular-se-á por este Código.

As leis estaduais, relativas ao trânsito e aos Condutores dos demais veículos, aos pedestres, aos animais e à sinalização local, devem adaptar-se às disposições deste Código, no que for aplicável.

Os Estados baixarão, para esse fim, regulamentos e instruções complementares.

"Art. 2.º Cada Estado organizará, de acordo com as suas necessidades, os serviços administrativos deste Código, obedecendo as normas gerais de legislação federal".

Nestas condições, toda validade e eficácia jurídica tem os dispositivos no Regulamento Estadual de Trânsito do Pará, baixado com o Decreto n. 2.079, de 3 de junho de 1956, que foi elaborado de acordo com as regras ou princípios básicos estabelecidos pelo acima citado Código, ou em regulamentos, em consequência ao que determinam os seus respectivos dispositivos, regulamentando esse que tornando em realidade a competência em matéria de serviço de trânsito outorgada por dispositivos expressos da Lei Básica ao Estado, deste modo estatui:

"Art. 1.º O trânsito de veículos automotores de qualquer natureza, nas vias terrestres abertas à circulação pública, Dentro do Estado do Pará, reger-se-á por este Regulamento que é um complemento ao Código Nacional de Trânsito aprovado pelo Decreto Lei n. 3.651, de 25 de setembro de 1941".

"Art. 2.º A fiscalização, direção ou execução das normas reguladoras de trânsito de veículos de qualquer natureza, pedestres e animais, no âmbito do território do Estado, são da competência da Delegacia

Estadual de Trânsito subordinação. nada ao Departamento Estadual de Segurança Pública".

"Art. 3.º As disposições deste regulamento se aplicam aos veículos de qualquer natureza que circulem dentro do território estadual".

Verifica-se, portanto, ante o que acaba de ser apreciado, analisado, esclarecido e demonstrado nestes autos não assistirem a qualquer das impropriedades a que se refere o certo lição da competência em matéria de serviço de trânsito que fundamenta a inatualidade e ilicitude pretendem atribuir ao município como unidade administrativa autônoma, ou particularmente à Prefeitura ou ao Município de Belém, pois que ficou provado sim a sociedade a competência do Estado.

A vista do exposto, deixada de parte, por desnecessária, a apreciação das preliminares arguidas pelo Excmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, dada a irrecusabilidade do conhecimento do mérito da causa, por interessar comum e concomitantemente a todos os interessados como litisconsortes que são:

Acórdão os Juizes do Tribunal de Justiça do Estado, em conferência do Tribunal Pleno, por maioria de votos, negar a segurança impetrada por Manoel Pereira e outros proprietários de veículos de transporte coletivo desta cidade, pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém e pela Prefeitura Municipal de Belém, como litisconsortes, por faltarem amparo jurídico e legal, o que fazem com apoio nos fundamentos expostos, contra o vt do Excmo. Sr. Desembargador Ivcurgo Nardal de Oliveira Santiago e Inácio de Souza Moita, que concediam em parte a segurança, sendo que os Excmos. Srs. Desembargadores Anílio de Souza Leal e Aníbal Fonseca de Figueiredo negaram a segurança sob o fundamento do objeto dos pedidos constituir assunto de alta indagação, que escapa por consequência ao âmbito do célere processo da medida de exceção requerida.

Custas na forma da lei. Belém, 22 de Janeiro de 1953. — (aa) Arnaldo Valente Lobo, Presidente — Osvaldo de Brito Farias, Relator designado para lavrar o acórdão — Souza Moita, vencido, de acordo com as razões que expendi, na assentada de julgamento e que vão aqui reproduzidas.

Antes porém, quero acentuar que Sr. Excmo. o Desembargador Relator, designado, tão minuciosamente em seu relatório, nele não consignou todavia, que deferido o pedido de suspensão liminar dos autos impugnados, o Excmo. Tribunal de Justiça decidiu por maioria de votos, cassar a liminar concedida pelo Relator, à vista de simples reclamação assinada pelo Dr. Procurador Geral do Estado.

Tal decisão constitui "vaivante reverência", caso estranho senão virem nos autos processos, por sabido e ressoado, de ato de lei, que o despacho do relator, concedendo ou negando a medida liminar, é ato de sua exclusiva competência que elige a apreciação do Tribunal, sobretudo através de simples reclamação. Veja-se Jurisp. de M. de Seg. de José Josino da Costa pag. 295.

Dito isto por maior, direi agora por menor, as razões do convencimento do meu voto vencido.

Em face do regime federativo e dos proclamados poderes implícitos e explícitos da Constituição, quer no âmbito puramente político, quer no setor estritamente jurisdicional ou administrativo, a nossa estruturação nacional obedecendo aquele sistema de círculos concêntricos a que se refere Viveiros de Castro nos Estudos de Direito Constitucional, ao sobrepor a opinião de Summer Maine segundo o qual a sociedade engarandece e complica-se pela extensão sempre maior do círculo que o encerra, do que resulta uma formação concêntrica por superpo-

Assim teremos a União, os Estados e os Municípios como círculos atuando cada qual em função dos poderes que lhe foram concedidos pelo regime sob o qual se estruturaram. Ao maior círculo pertencente o poder supremo que sempre se chamou soberania e nos círculos menores, o poder de autonomia, foram negados pela Lei Magna, não só por cláusulas expressas, mas por outras implícitas contidas na Constituição. Entre os poderes da União e dos Estados e os destes e os Municípios, podemos estabelecer aquela síntese a que chegou Carlos Maximiano: Competência da União — restrita; competência dos Estados — ampla; competência dos Municípios — restrita.

Na estruturação e organização dos poderes, esta diferenciação se torna ainda mais evidente, tendo em vista o conteúdo das atribuições da União, do Estado e do Município.

Como porém essa competência se exerce no mesmo espaço territorial, cumpre seja cada qual limitada pelo seu objeto, distinta ou limitada pela esfera ou campo de negócios demarcado à sua autoridade.

Eis porque, como ensina Francisco Campos, Direito Constitucional, vol. I, pag. 377, se torna imprescindível, um princípio ou uma regra de repartição de competência, de acordo com a qual se estremem umas das outras, as esferas distintas de exercício, as jurisdições, autoridades ou governo.

Um princípio geral poderá ser logo estabelecido, em nosso regime constitucional, ao acentuar-se a competência à União somente os poderes explicitamente conferidos pelo pacto federativo e aos Estados ou Municípios os demais poderes.

Dentro dessa dicotomia, a Constituição porém fixou normas mais precisas a essa diferenciação de competências.

E assim que no art. 5, vamos encontrar, como diz T. Cavalcanti (A Const. Fed. Comentada, ed. de 1948 vol. I, pag. 55), a síntese do poder federal em sua função própria, "regia omnes", e em suas relações com os Estados, discriminando-se esses poderes em suas variedades expressões — política, militar, econômica, financeira, administrativa, social.

Já no art. 18, com seus §§, ficou os princípios básicos em que assentam os poderes do Estado, ao atribuir-lhes poder próprio de organização política e reservando-lhes todos os poderes que implicam ou explicitamente não lhes sejam vedados pela própria Lei Magna.

O art. 18 estabelece, com acentuação T. Cavalcanti (Ob. cit. pag. 274), em sua amplitude e autonomia dos Estados.

Dentro desse quadro fica assegurada aos Estados uma grande área em que se desenvolve livremente o seu poder constituinte; área esta que compreende todos os poderes implícitos de construção orgânica do Estado-membro, limitada apenas pelos princípios constitucionais da União, bem como por aqueles que sob qualquer pretexto coincidam com os princípios identificados da Carta Federal.

Em síntese lapidar, Carlos Maximiano (Comentários à Const. Brasileira, 4.ª ed. de 1949, vol. I, pag. 310) pontifica: as atribuições do Governo Federal são limitadas; conservam-se as do regional verdadeiramente amplas. Basta conhecer os poderes reservados ao primeiro; todos os outros competem a segundo.

Finalmente, no art. 28, a Constituição estabelece os princípios cardiais da estruturação dos Municípios, ao assegurar-lhes desde logo o canon da autonomia, num âmbito de descentralização administrativa que é fundamental ao regime. Reafirmando essa autonomia que vinha mesmo antes da primeira Constituição Republicana de 91, através do Dec. 510 de 22/6/1890, do Governo Provisório, a Constituição de 1946 definiu-lhe melhor o conteúdo, ao adotar um critério discriminativo dos seus ele-

mentos formadores.

Em conformidade com o estabelecido na Constituição, a competência do Município alcança, como faz sentir A. Sampaio Doria (Dir. Constitucional, 3.ª ed. 1953, 2.º Tomo, pag. 49), três ordens de atribuições:

1. — as de organização própria
2. — as de decretar tributos
3. — as de instituir serviços sociais.

O conceito de autonomia encerra pois um sentido não só administrativo como político. T. Cavalcanti (ob. cit. pag. 354), é categórico ao frisar que o que está afirmando no art. 28 da Constituição é a autonomia política dos Municípios, compreendendo a autonomia administrativa e financeira.

É certo que no binômio Estado-Município, enquanto os Estados se organizam constitucionalmente, de acordo com os seus estatutos políticos, os Municípios são escriturados e giram dentro de uma lei que é o seu estatuto político, mas criado pelo próprio Estado.

Dir-se-á então que o Município vive em função de lei emanada do Estado, num ambiente de descentralização que é fundamental ao regime, adscrito aos interesses locais, ou para usar termos da Constituição, ao que concerne ao seu peculiar interesse. Tal limitação não exclui porém a autonomia do Município, esse caráter público que coexiste ao lado do administrativo.

Como faz sentir Francisco Machado Vila (O Município no Regime Constitucional vigente, ed. de 1952, pag. 25), a autonomia municipal a partir de 1954, revestiu nitido caráter político, acentuando ainda mais pela Constituição de 1946, colocando o Município quasi no mesmo plano em que se encontram os Estados-membros.

E assim que no art. 7, inciso VII, princípio da autonomia Municipal é ressaltado com tal ênfase, impondo-se até a intervenção do Governo Federal no Estado que viole esse princípio; no art. 23, estabelecendo limites da interferência dos Estados, nos Municípios; no art. 48, inciso I letra c), reafirmando a natureza legislativa do mandato de vereador, cujas funções deste modo são qualitativamente equiparadas às dos membros do Congresso Nacional e das Assembleias dos Estados-membros; no art. 63, inciso III, fazendo depender de prévia autorização do Senado Federal, o lançamento de empréstimos externos dos Municípios, da mesma forma que os empréstimos externos dos Estados e do Distrito Federal; no art. 101, inciso I letra d), nos arts. 139 inciso III e 140 inciso III, 169 e 195, sem falar no art. 28, onde desde logo ficaram traçadas as normas basilares da autonomia Municipal.

Não há negar pois que a Constituição de 1946 alargou o âmbito do auto-governo e administração do Município, ampliando-lhe os recursos financeiros, com a adoção de uma nova política de distribuição tributária e organização dos serviços públicos. Com essas garantias constitucionais, podemos dizer com T. Cavalcanti (ob. cit. pag. 354), que não ficou assim nem ao arbítrio do Estado em suas respectivas Constituições, nem de opiniões doutrinárias, o direito de definir, a conceituação e os limites da autonomia Municipal, porque alguns dados mais objetivos, incluindo a autonomia administrativa e financeira, vieram completar o pensamento do legislador constituinte.

Efetivamente o art. 28 da Constituição de 1946, repetindo aliás o que se continha nas Constituições de 1934 e 1937 e mantendo o preceito do art. 68 da Constituição de 1891, não só assegura a autonomia Municipal em tese, como de modo claro e terminante declara a maneira por que terá que ser assegurada, ou seja pela administração própria, naquilo que concerne ao seu peculiar interesse e especialmente à organização dos serviços locais.

Dest. ao assegurar a autonomia municipal, a Constituição limita apenas essa garantia ao que respeita ao peculiar na letra a), do inciso II do art. 28, em que consiste essa garantia, ao atribuir-lhe a organização de serviços públicos locais.

Do próprio contexto da regra constitucional resalta assim, como elemento característico da autonomia municipal a organização de serviços públicos locais, a esfera de seu peculiar interesse.

Que se há de entender por serviços públicos locais em relação ao peculiar interesse do Município?

Sob o ponto de vista doutrinário e acadêmico, muito se há discutido sobre o assunto, levando-se em conta a trepidante expansão da vida moderna, a intercomunicação e interdependência das atividades sociais e públicas, a exigir serviços públicos de natureza local cada vez mais complexos, quer na sua organização, no seu planejamento, como na sua execução.

Para T. Cavalcanti (ob. cit. pag. 363), de conceituação ampla e imprecisa são os serviços que se denominam "públicos locais". Serão de um modo geral, os que interessam a vida urbana — a água, saneamento, transporte, luz, instrução primária, polícia urbana, enfim, tudo quanto for indispensável à vida e ao conforto elementar da população.

Os interesses locais são aqueles mais imediatamente necessários para satisfazer seus interesses. locais do Município são os circunscritos ao seu território, esclarecendo que, se peculiares ao Município, só podem ser os interesses de caráter local, isto é, condicionados e definidos pelas circunstâncias próprias ou locais dos Municípios; se os serviços que estão na sua alçada são os serviços de sua competência e como sua competência que é expressão do seu governo tem por limite, os limites desse governo e este só envolve, no enunciado constitucional, os interesses que lhe são peculiares, os serviços cuja organização compete ao Município há de ser portanto, apenas os serviços locais ou os serviços circunscritos ao seu território.

Pontes de Miranda (Comentários à Const. de 1946, vol. I pag. 486), depois de enumerar vários serviços "tipicamente" municipais, entre os quais inclui os de fiscalização e regulamentação de diversões públicas comércio ambulante, feiras, mercados, transportes de mercadorias e pessoas, aduz que em muitos desses assuntos, a competência dos Municípios fica sujeita ao branco que lhe deixaram a legislação federal e estadual.

Francisco Machado Vila (ob. cit. pag. 176), sustenta que examinado e relacionado ao seu objeto, os serviços públicos municipais são predominantemente de ordem social e econômica, dadas as funções típicas de administração comunal.

Se do campo puramente doutrinário e opinativo passarmos ao setor normativo da lei, veremos que esta imprecisão desaparece, atendendo-se a que a estruturação do Município por força da exegese do art. 18 da Const. Federal, compete aos Estados, como membros da Federação. A estes, através de suas Cartas Políticas e com os poderes privativos que lhes são atribuídos pelo art. 18 da Constituição Federal, incumbe estruturar os Municípios, quer permitindo-lhes a elaboração de uma Carta Própria, como o Estado do Rio Grande do Sul, quer outorgando-lhes leis orgânicas, respeitadas porém as garantias de autonomia municipal estabelecidas no art. 28.

O nosso legislador estadual ao tratar da organização municipal, dispensou ao Município não só um título especial na Constituição Política onde estão consubstanciadas as normas basilares de sua estruturação e competência privativa entre as quais a que assegura no art. 73, letra b), a organização dos serviços locais como

lhes outorgou uma lei orgânica, sob o n. 158 de 1/12/948, no qual discriminou desde logo, entre os incisos do art. 16, quais os serviços públicos de peculiar interesse do Município.

Dentro pois das normas traçadas pela Constituição do Estado e da Lei Orgânica dos Municípios, que é como a Carta Política destas entidades menores da Federação, é que se há de buscar o conteúdo, assim como o alcance da expressão serviços públicos locais, empregada pela Constituição Federal no art. 28, como um dos elementos característicos da autonomia municipal.

No caso sub-judice todo o conflito de interesses gira em torno exatamente de um serviço público municipal — o de trânsito urbano — sob alguns de seus aspectos, como lugares de estacionamento de veículos de aluguel, distribuição, rodízio, percurso de linha, etc.

É assim que a Prefeitura Municipal de Belém, alega que o Estado através dos seus órgãos e por determinação do Governador, persiste no próprio do Município da Capital, que são da competência da Comuna, nos termos do art. 28 da Const. Federal e mais explicitamente no art. 16 da Lei Orgânica dos Municípios; por sua vez o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém, alega que o Governo do Estado, invadindo esfera privativa de competência do Município, ordenou a Delegacia de Trânsito que alterasse o número de carros nos pontos de estacionamento, o que foi feito através da portaria 308 de 23/8/57, e por fim os proprietários de transportes coletivos sustentam que o Governo do Estado interferindo indevidamente no serviço público de trânsito, determinou nova distribuição de linhas no perímetro da cidade, estabelecendo rodízio de ônibus em várias linhas.

Há que fazer sentir e desde logo acentuar e ressaltar, que o serviço público de transporte de passageiros, e cargos, ou mais propriamente, os serviços públicos de transportes, circunscrito ao território do Município, são da competência privativa deste.

Tristas, leis, arêstos dos Tribunais, sem discrepância ou sem hesitação, afinam por essa afirmativa. Citemos por exemplo, T. Cavalcanti (ob. cit. pag. 363), ao incluir entre os serviços públicos locais, de competência exclusiva dos Municípios, o de transporte, Pontes de Miranda (ob. cit. pag. 486), que ao enumerar alguns serviços tipicamente municipais, inclui o de transporte de mercadorias e pessoas, esclarecendo que as leis orgânicas dos Municípios especificam a competência municipal, na organização dos seus serviços, com observância das normas constitucionais. Na mesma ordem de ideias, Francisco Machado Villa (ob. cit. pag. 37), ao se referir aos serviços essenciais à Comuna, entre os quais inclui o transporte.

Ivens de Araújo, em parecer publicado na Rev. de Dir. da Procuradoria Geral da Prefeitura do Distrito Federal, vol. IV, 1956, pag. 384, resalta que entre os assuntos de estrita peculiaridade municipal, ne muma dúvida pode sobejar em que o transporte coletivo de passageiros nas diversas regiões que o compõe, é de interesse primordialmente comunal. E acrescenta: aliás, o Código Nacional de Trânsito já havia dentro desse critério discriminativo de competência, estabelecido nas fronteiras respectivas, quando no art. 67 e suas letras fixa a competência da autoridade que expede a concessão e no art. 68 o das autoridades de trânsito.

Carlos Maximiliano (ob. cit. vol. I, pag. 358 n. 233), ao se referir aos serviços públicos municipais, escreve: certos serviços isolados ou pelo menos subdivididos, saem mais care e de pior qualidade. Por isso, ou a utilidade ou expira ou concede mediante fiscalização e vários onus a um indivíduo ou companhia. Assim sucede com o abastecimento de água potável,

gás de iluminação e luz elétrica, linhas de tranways ou de ônibus, dentro da cidade, regulando ainda a Municipalidade, entre outros serviços, os transportes urbanos de pessoas e mercadorias.

Em S. Paulo, onde os problemas do tráfego são mais angustiantes e complexos que os da própria Capital da República, o alto Pretório do Estado, tem jurisprudência formada no sentido de competir ao Município o serviço público respeitante ao trânsito de veículos, quer quanto à concessão de serviço de transporte coletivo dentro de seus limites territoriais, quer quanto à regulamentação e fiscalização, policiamento, fixação de marcos e sinais rodoviários em vias públicas municipais, quer quanto aos pontos de estacionamento de veículos de aluguel.

Vejam-se entre outros, os Acórdãos de 4/12/53, 26/8/54, 15 e 27/12/55, inscritos na Rev. Dir. Ad. vols. 39, 41 e 46.

No Distrito Federal, o Conselho Nacional de Trânsito, órgão específico criado pelo próprio Código Nacional de Trânsito, em resolução n. 109 de 20/8/948, (Bol. lo Cons. Nac. de Trânsito ns. 25 e 26/1948-950), ao dirimir dúvida formulada pelo Município Frontal, Minas Gerais, sobre a competência para a concessão de linhas de ônibus decidiu que as respectivas autoridades municipais, cabe jurisdição sobre os trechos existentes em cada um dos seus Municípios.

A legislação dos Estados-membros da Federação, através das Leis Orgânicas outorgadas aos Municípios, sempre seguiu essa orientação ao incluir entre os serviços públicos locais de peculiar interesse dos Municípios, os referentes ao trânsito no território exclusivamente municipal. Também no Distrito Federal, tal serviço, é disciplinado pela Lei 775 de 7/8/953 que estabelece o regime de transporte coletivo por meio de auto-ônibus, micro-ônibus e auto-lotações e dá outras providências.

A lei orgânica deste Estado, fiel a essa orientação, estatui no art. 16 n. 16 que entre os serviços públicos que especialmente competem aos Municípios, estão os pertencentes a veículos, transportes e trânsito público em geral.

Alega porém, o Dr. Procurador Geral do Estado que esse preceito é inconstitucional por ferir o art. 5 n. X da Constituição Federal, que atribuiu competência à União para estabelecer o plano de Viação Nacional e o art. 6 que reserva ao Estado a competência de legislação supletiva ou complementar sobre o trânsito.

O inciso 16 do art. 16 da lei Orgânica dos Municípios é um simples desdobramento da letra b), inciso II do art. 28 da Constituição Federal e com as mesmas ou com outras palavras, mas com o mesmo sentido, se encontra nas Leis Orgânicas de quase todos os Estados da Federação, e apesar das inúmeras questões suscitadas sobre o serviço público de trânsito estritamente municipal, nunca, jamais, em tempo algum, se acobimou de inconstitucional qualquer dispositivo de legislação estadual, atribuindo desde logo aos Municípios a competência sobre serviços de transportes urbanos, como a faculdade de legislar através de suas Câmaras de Vereadores sobre o assunto.

Além do mais, é instintivo e claro como luz meridiana, que não foi o Município que se arrogou o direito de organizar seu serviço público de natureza local, como o tráfego, nos limites do seu território, mas o Estado, que na sua Constituição e mais particularmente, em lei específica sobre os Municípios lhe deu essa competência, ao enumerar os serviços que se devem ter por Municipais, nos termos da letra b), inciso II da O fato de ser o Estado atribuído Magna Carta.

ao Município a competência sobre serviços públicos do tráfego local, não importa negar ao Estado o direito de legislação supletiva ou complementar sobre o tráfego estadual interno, nem tão pouco se

contrapor ao plano de Viação Nacional, que nada tem com o caso.

Quando se elaborou a Constituição Federal, foi proposta a emenda dando à União a prerrogativa de legislar sobre trânsito rodoviário; ficou porém no texto constitucional a expressão tráfego interestadual, o que ressaltou para os Estados a autoridade de regular o tráfego internacional e de outorgar competência para legislar sobre o tráfego estritamente urbano.

Claro está pois que a competência para criar, organizar, disciplinar, ou, em síntese, legislar sobre tráfego ou trânsito, cabe tanto a União, do Estado, como ao Município, cada um dentro das suas esferas de atuação. O que o Município não pode é pretender regular de maneira completa e integral o serviço de trânsito, inclusive o que se refere ao Código de Sinais, de luzes, exames e habilitação de motoristas, sistemas de emplantamento e de registro, assumos estes, sim, de competência federal e estadual. O que não podem as leis e posturas municipais é ferir ou violar o Código Nacional de trânsito ou outras leis federais sobre a matéria. Fora disso porém e no que concerne à regulamentação, fiscalização, fixação de tabelas para serviços de taxis, pontos de estacionamento ou paradas nas vias públicas, a competência do Município é inegável e não se contrapõe, quer ao art. 5 quer ao art. 6 da Magna Carta.

Alega ainda o órgão do Ministério Público, baseado no Acórdão do Sup. Púb. Fed. de 17-5-57, que considerou constitucional a lei paulista que revigorara o Reg. de Trânsito que, tendo sido o Reg. de Trânsito do Pará, decreto n. 2.079, de 8-6-56, elaborado de acordo com o Cod. Nacional de Trânsito, estão em vigor os seus arts. 1 e 2 atribuindo ao Estado através da Delegacia de Trânsito, competência para estabelecer normas reguladoras do trânsito. Pelas próprias palavras do órgão do Ministério Público, verifica-se que seu argumento peca pela base. Efetivamente, o Código Nacional de Trânsito é um Decreto, mas um Decreto-lei e como tal, com obrigatoriedade de lei, em todo o território nacional, ao passo que o Decreto sobre trânsito de S. Paulo, de 1938 por consequente anterior a Constituição de 1946, só teve vigor após essa Constituição, por ter sido revigorado por uma lei do Estado de n. 2.753 de 14/10/1954.

Como simples decreto do poder executivo, o Reg. de Trânsito do Pará, que não foi revigorado por nenhuma lei, mas resultou de mero ato do Poder Executivo, não se pode sobrepor à própria lei orgânica do Estado que no território estritamente municipal.

Ademais, a própria lei 2/753 paulista, no dispositivo citado pelo Dr. Procurador Geral do Estado, outorga desde logo competência ao Município para regularizar a utilização dos logradouros públicos, uma vez respeitados os dispositivos do Reg. de Trânsito Estadual e em segundo lugar facultado ao Município estabelecer convênio com o Estado para o exercício de atribuições pertinentes ao trânsito, circulação de veículos na via pública e serviço de passageiros.

Argumenta-se com o Código Nacional de Trânsito que é um Decreto Lei, sob cuja atuação, na forma do art. 10, ficou o trânsito de veículos automotores em todo o território nacional.

Mas é esse mesmo Código que no art. 76 dispõe que os veículos serão obrigatoriamente registrados ou licenciados no Município de domicílio de propriedade e não poderão tráfegar nas vias públicas, sem o pagamento de licenças, taxas e emolumentos e ainda no art. 80, que o estacionamento será regulado em cada localidade pelo Edital da autoridade competente. E se isto não bastasse, lá está o art. 70 do qual deflui competir à autoridade local a exploração de tais serviços.

Em vários outros dispositivos esse Código, dentro de um critério discriminativo estabelece as fron-

teiras respectivas de atuação puramente municipal e do Estado, ressaltando mesmo que em caso de divergência, caberia recurso para o Conselho Nacional de Trânsito. Ora, esse órgão chamado a dirimir dúvidas sobre competência municipal para concessão de linha de ônibus, decidiu na Resolução já citada, n. 109, caber a autoridade municipal a jurisdição sobre os trechos de linhas existentes em meu território.

No Distrito Federal, Município hoje autônomo, sede do Conselho Nacional de Trânsito e onde os problemas sobre tráfego são complexos e inúmeros, o regime de exploração do serviço de transporte coletivo é disciplinado por leis municipais, entre os quais a 775 de 27/8/53, sem que por isso se diga que tais leis venha ferir quer o plano de viação nacional, quer o Cod. Nacional de Trânsito.

O que cumpre, é distinguir e não confundir atribuições dos respectivos órgãos municipais, estaduais e federais, estabelecendo os limites de cada uma delas e acentuar que embora restrito a atribuição do Município à prática de atos com eficácia dentro do respectivo território, é inegável o seu direito de prover, regular, fiscalizar certos aspectos desse serviço público, como o de fixar tabelas para o serviço de taxis, transportes de passageiros, itinerário de linhas, estacionamento de veículos em suas ruas e praças, respeitadas as normas fundamentais do Código Nacional de Trânsito.

Uma coisa porém é o Código Nacional de Trânsito, Dec. Lei e outra coisa é um decreto estadual, como o do Estado do Pará, já aludido emanado do Executivo, que como é elementar em Direito, não pode se sobrepor a um diploma legal oriundo do Legislativo.

Se em S. Paulo está em vigor um decreto do Executivo disciplinando aspectos de tráfego em todos os Municípios, é porque assim o determinou clara e taxativamente uma lei do Estado, em dispositivo expresso.

Alega "ad finem", o órgão do Ministério Público, as fls. 77 que conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal em V. Acórdão de 17/5/957, o trânsito urbano é da competência estadual.

Essa, a alegação a que se deu força de argumentum baculum, para dirimir de uma vez a contenda.

Antes de tudo, cumpre declarar em abono da verdade jurídica, que o Acórdão não decidiu ser de competência estadual o trânsito urbano, mas tão só e exclusivamente, como desde logo ressaltamos, que no conflito de atribuições entre o Estado e o Município, em matéria de trânsito, há prevalência da lei estadual, desconhecida a constitucionalidade desta.

A conclusão por sua vez do V. Acórdão foi esta: rejeitar a arguição de inconstitucionalidade da lei paulista n. 2.753, de 14 de outubro de 1954.

O V. Acórdão pois, tanto na sua ementa, na conclusão, como no seu contexto, diz respeito a questão completamente diversa da que é ventilada nos presentes autos. E para melhor evidenciar essa diversidade, sumariemos o caso paulista, em conformidade com o Acórdão, começando pelo princípio como diriam os latinos, "ab initio est ordiendum".

De que se cuidava no caso paulista? Eis o que diz o V. Acórdão, no relatório: de uma representação do Prefeito da Capital de São Paulo, através do eminente Procurador Geral da República, em que se arguia de inconstitucional a lei estadual n. 2.753, por ofensiva a autonomia do Município, sob a alegação de que essa lei modificando a lei orgânica dos municípios e incorporando preceitos de um regulamento estadual, anterior ao Código Nacional de Trânsito, dispusera no art. 10,

que o inciso X do art. 22 parágrafo 10. da Lei Orgânica, tivesse nova redação, reconhecendo ao Estado o poder de delegar em cargos aos Municípios em matéria de trânsito local. Contra isso é que se insurgia a representação.

Na explanação da matéria, ao proferir seu voto, o eminente relator, Ministro Luiz Gallotti, começou por salientar que não compete ao Município elaborar a sua própria lei orgânica e que em face da Constituição Federal, está subentendido caber aos Estados a estruturação dos Municípios, com as limitações expressas no art. 28 e outras que possam ser encontradas no texto constitucional, ponderando em seguida que a organização das municipalidades diz com a descentralização administrativa do Estado-membro e a este, a Constituição Federal no art. 18, assegura o direito de reger-se pelas leis que adotar, com os poderes explícitos e implícitos.

Em abono de sua afirmativa, socorre-se o eminente relator, da opinião de Castro Nunes, Pontes de Miranda, Nogueira Itagiba, Dillon e Hauriou, para acentuar na prática é difícil, senão impossível, muitas vezes dizer onde acaba o interesse do Município e começa o do Estado; que entre nós, só por expressa delegação do Estado exercem os Municípios certas atribuições derivadas do poder de polícia, que a organização dos serviços públicos locais, nos termos do inciso II letra b) art. 28 da Constituição Federal se entende dentro dos limites que a lei orgânica traçou aos poderes locais, que é o Estado em suma quem declara em que consiste a autonomia dos Municípios, inclusive indicando-lhes as coisas de seu peculiar interesse e que o interesse local em muitos assuntos é regulado por leis substantivas federais.

Acentuados todos esses pressupostos, o eminente relator concluiu: diante do exposto, regeito a arguição de inconstitucionalidade da lei paulista 2.753.

O que se colhe do V. Acórdão portanto é que, confundindo-se muitas vezes os interesses do Estado e do Município, a competência destes fica restrita às normas que lhe forem traçadas pelas leis do Estado e dado o conflito de atribuições, prevalece a lei do Estado.

Acentue-se que em S. Paulo, a lei orgânica de 1947, foi alterada pela lei 2.753, que expressamente mandou respeitar o antigo Regulamento de Trânsito de 1958. Acolmada de inconstitucional o próprio Tribunal de São Paulo, antes mesmo da manifestação do Sup. Trib. Fed. já a considerara constitucional no V. Acórdão de 8/2/55 (Rev. Adm. 43).

Assim alterada ou modificada, a lei orgânica passa a se obedecer, com as alterações ou modificações que lhe foram impostas por outra lei impondo-se aos Municípios, a sua obediência.

No caso "sub-judice", a lei orgânica dos Municípios, ou seja a lei que diz respeito a serviços públicos municipais continuando portanto em vigor, em todos os seus dispositivos inclusive ao debatido inciso 16 do art. 16 que dá atribuições aos Municípios sobre trânsito local.

Sobre o assunto, o que há posterior a essa lei, são os dois decretos baixados pelo Poder Executivo de ns. 2.079 de 8/6/56 e 2.217, de 23/1/57 mas que pela sua

própria natureza de decretos do Executivo não têm força de lei, a Lei Orgânica dos Municípios.

Pouco importa que esses decretos emanados do Poder Executivo sejam elaborados de acordo com o Código Nacional de Trânsito ou lhe sejam mesmo perfeita cópia. O Código Nacional de Trânsito é um Decreto-Lei e por isso continua em vigor em tudo, quanto não contrariar os dispositivos da Constituição de 1946.

O Regulamento de Trânsito do Estado, aprovado ou disciplinado pelos aludidos Decretos 2.079 e 2.217, embora elaborado de acordo com o Código Nacional de Trânsito, não tira deste só, por este fato, qualquer força de obrigatoriedade, não podendo se sobrepôr à Lei que disciplina o assunto.

De acordo com os próprios termos do V. Acórdão do Supremo Tribunal Federal tantas vezes citado, para que a Lei Orgânica dos Municípios de S. Paulo tivesse outro entendimento e fosse pelas Municipalidades obedecido um Decreto que aprovou o Regulamento de Trânsito, preciso foi que outra lei, a 2.753, considerada constitucional pelo Ex. celsio Pretório, assim dispuzesse.

É considerada constitucional, dado o conflito de atribuições entre o Município e o Estado, teria que prevalecer, como Lei que era, disciplinadora dessas atribuições. Como informa o próprio parecer do Dr. Procurador Geral do Estado, às fls. 80, o serviço de trânsito obedece presentemente à legislação Estadual em dois Estados, S. Paulo e Minas Gerais.

Mas para que assim fosse, necessário se tornou que a matéria tivesse sido disciplinada por Lei. Em São Paulo, a lei citada 2.753, que nos arts. 10. e 20. modificou preceitos da Lei Orgânica dos Municípios e mandou respeitar os dispositivos do Regulamento de Trânsito Estadual e em Minas Gerais a Lei 28 de 1947 que no inciso XVII do art. 19 deu competência aos Municípios para legislar sobre o serviço de transportes e estacionamento de veículos, mas nos termos da legislação Estadual.

Assim enquanto não houver em nosso Estado lei modificando a Lei Orgânica dos Municípios permanecerá esta em pleno vigor e em face de seus dispositivos, continuarão as Comunas com a competência que ela lhes outorgou sobre as matérias respeitantes ao tráfego, transporte de passageiros e cargas e trânsito em geral, consoante o disposto no seu art. 16, inciso XVI.

O que cumpre porém, é afastar essa confusão que se quer fazer sobre assunto e distinguir e delimitar as órbitas de competência da União, do Estado e do Município, de modo que esse não invada a esfera de atribuições dos primeiros, regulamentando de maneira integral e completa o serviço público de trânsito nem o Estado carcele ou anule a autoridade deste último, naquilo que é fundamentalmente de seu peculiar interesse e dentro das raízes do seu território.

Não há negar que certos serviços pela sua própria natureza escapam à competência do Município para se enquadrarem entre os de competência federal e estadual, como o exame de habilitação de motoristas, emplacamento,

registro; outros há porém que não poder ser avocados pelo Estado nem cair sob sua interferência, tais como, a fiscalização da circulação de veículos, no território do Município, permissão ou concessão de linhas, com a determinação dos respectivos itinerários e honorários não de direção, sinalização local, colocação de marcos, imposição de licenças e multas por infrações de suas leis e posturas, no que pertine a tais serviços, de âmbito estritamente comunal.

Ora entre tais serviços se ajustam os que constituem objeto das seguranças impetradas, notadamente os que se relacionem com a fixação e delimitação de pontos de estacionamento de automóveis de aluguel, permissão e rodízio de linhas com os respectivos itinerários, cumprindo além do mais, ter em conta que o assunto envolve a utilização de ruas e praças que são bens públicos sujeitos à administração dos Municípios aos quais incumbe regular-lhes o uso, "ex-vi" do art. 66 e 68 do Código Civil.

Destarte e em face da Lei n. 158, de 31/12/948, que é a Lei Orgânica dos Municípios do Estado, a portaria n. 308, de 28/8/957 baixada por determinação expressa do Governador do Estado é nula

e inoperante por ilegal, como inoperante são os Decretos ns. 2.079 e 2.217 de 8/6/56 e 23/1/57, emanados do Governador do Estado, nos dispositivos que anulam a competência privativa dos Municípios em referência a serviços locais.

Por estes fundamentos é que, quanto aos mandados impetrados pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém e pelos proprietários de transportes coletivos, concedida a segurança na forma e para os fins requeridos e quanto ao requerido pela Prefeitura Municipal de Belém, apenas em parte, circunscrito às medidas de seu peculiar interesse, no âmbito de seu território, ou sejam, fiscalização de trânsito e circulação de veículos, concessão e permissão de linhas com os respectivos horários e itinerários, mão de direção, sinalização local, colocação de marcos, cobrança de licenças e imposição de multas por infração de suas leis e posturas, além das que constam e se incluem nos dois primeiros mandados.

Fui presente: Oswaldo Souza, Procurador Geral do Estado.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 26 de abril de 1958.

(a.) Luiz Faria, Secretário.

EDITAIS JUDICIAIS

COMARCA DA CAPITAL ASSISTENCIA JUDICIARIA DO CIVEL

Edital pelo prazo de três dias O doutor Eduardo Mendes Patriarcha, Juiz de Direito da 7a. Vara Cível de Belém, Capital do Estado do Pará, etc.

Faço saber aos que o presente edital de citação virem ou dele tiverem conhecimento que por parte de Claudemira Talhamanga dos Santos, me foi dirigida a petição do teor seguinte: Assistência Judiciária do Cível da Capital. Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 7a. Vara desta Comarca. Claudemira Talhamanga dos Santos, nos autos cíveis de alimentos que moveu contra seu marido João Abílio dos Santos, expediente do escrivão Coutinho, da AJC, vem dizer a V. Excia. conforme atesta o "Termo de conciliação" de fls. 10, que o suplicado se obrigou a pagar à sua esposa e filha única do casal, a "quantia mensal de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00), em prestações semanais de Cr\$ 150,00, a começar de dezembro de 1957". II — O referido ajuste foi homologado por sentença desse MM. Juízo, datada de 4 de dezembro de 1957, que transitou em julgado. III — o devedor João Abílio dos Santos não pagou nenhuma prestação no mês de janeiro último e ficou a dever a última semana de dezembro de 1957, tudo no valor de Cr\$ 750,00. IV — Está, assim, o suplicado sujeito à prisão de 1 a 3 meses, decretada pelo juiz civil, na forma do art. 920 do C.P.C.; V — Pede, ante o exposto, a V. Excia. se digne mandar intimar o devedor para, no prazo de três dias, exhibir prova do pagamento das prestações vencidas, ou justificar a impossibilidade de seu cumprimento sob pena de prisão.

Termos em que, N. A. P. deferimento. Belém, 13 de fevereiro de 1958. PP. Artemis Leite da Silva, Assistente Judiciário. Nesta petição tem o seguinte despacho: N. A. Sim. Em 13-2-958. (a.) Eduardo Mendes Patriarcha. E nas fls. 14 verso o seguinte despacho: Cite-se por edital, na forma requerida, observadas as formalidades legais. Belém, 14 de abril de 1958. (a.) Eduardo Mendes Patriarcha. Em consequência do despacho supra foi passado o presente edital por meio do qual fica citado o sr. João Abílio dos Santos para vir justificar a impossibilidade de seu cumprimento, sob pena de prisão. Passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos vinte e dois dias de abril de mil novecentos e cinquenta e oito. Eu, Odeth Lúcia Ferreira, escrevente juramentada, datilografei e subscrevi, no impedimento do escrivão. — (a.) Eduardo Mendes Patriarcha, Juiz de Direito da 7a. Vara. (G. — 8 e 4-5-58)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA Anúncio de julgamentos da 2a. Câmara Cível

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo exmo. sr. desembargador presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, foi designado o dia 2 de maio p. vindouro, para julgamento pela 2a. Câmara Cível, dos seguintes feitos:

Agravo — Capital — Agravante, Horáida Gonçalves Cristivante, Horáida Gonçalves Nascimento; agravada, Esmeraldina Cristina Ferreira; relator, desembargador João Bento de Souza.

Apelação cível "ex-officio" — Idem — Apelante, o dr. Juiz de Direito da 7a. Vara; apelados, Ottoniel Gonçalves Dias e Car-

men Pacheco Dias; relator, desembargador Anibal Fonseca de Figueiredo.

Agravo — Idem — Agravantes, Ernesto Frade Palmeira e Sara Nazaré de Souza Palmeira; agravados, os mesmos; relator, desembargador Osvaldo Pojucan Tavares.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 28 de abril de 1958. — (a.) Luis Faria, Secretário.

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que deram entrada nesta Secretaria, sendo registrados os autos de apelação cível da Capital, em que são partes, como apelante, Celeste Craveiro de Souza; e, apelados, os herdeiros do falecido Raul Engelhard, a fim de ser preparada dita apelação, para sorteio de relator, distribuição e julgamento pela Câmara Cível competente do Egrégio Tribunal de Justiça, dentro no prazo de dez (10) dias, a contar da publicação deste, nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Belém, 28 de abril de 1958. — (a.) Luis Faria, Secretário.

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Nelson Cesário do Carmo e a senhorinha Maria Joaquina de Oliveira.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Igarapé-Miri pedreiro, domiciliado nesta cidade e residente à Rua dos Mundurucús, 107, filho de Prudêncio Corrêa do Carmo e de dona Leonildes Cesário do Carmo.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada e residente em companhia do nubente, filha de Raimundo Fernandes de Oliveira e de dona Leocádia Santos de Oliveira.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 2 de maio de 1958.

E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, oficial substituto de casamentos nesta Capital, assino.

(a.) Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 21.528 — 3 e 10/5/58)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Alcindo Lopes e dona Herundina Pereira de Castro.

Ele é viúvo, natural do Pará, estivador, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Djalma Dutra, 535, filho de José Fernandes Gomes e de dona Tereza Lopes.

Ela é solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Djalma Dutra, 532, filha de Policarpo Nunes de Castro e de D. Joana Pereira de Castro.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 2 de maio de 1958.

E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, oficial substituto de

casamentos nesta Capital, assino. (a.) Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 21.529 — 3 e 10/5/58)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Jacob Sicsú e a senhorinha Ester Aarão Serruya.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, comerciante, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Boaventura da Silva, 665, filho de Isaac Sicsú e de dona Esmeraldina Sicsú.

Ela é também solteira, natural do Pará, Santarém, contabilista, domiciliada nesta cidade e residente à Av. Nazaré, 527, filha de Aarão Serruya e de dona Rubina Benmuya Serruya.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 2 de maio de 1958.

E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, oficial substituto de casamentos nesta Capital, assino.

(a.) Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 21.230 — 3 e 10/5/58)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Raimundo Camilo da Silva e a senhorinha Terezinha de Jesus de Souza Mesquita.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, pedreiro, domiciliado nesta cidade e residente à Av. Alcindo Cabela, n. 1.668, filho de João Camilo da Silva e de dona Maria Glória da Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à rua S. Miguel, Vila Operária, 3, filha de Sergio de Araújo Mesquita e de dona Maria Ondina de Souza Mesquita.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 25 de abril de 1958.

E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, Oficial substituto de casamentos, nesta Capital, assino.

(a.) Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 21.400 — 26/4 e 3/5/58)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Aladyr Leite de Oliveira e a senhorinha Maria Raimunda Lassance Pinto Martins.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, aeroviário, domiciliado nesta cidade e residente à Av. São Jerônimo, n. 197, filho de Paulo Gomes de Oliveira e de dona Durylla Leite de Oliveira.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, estudante, domiciliada nesta cidade e residente à rua Domingos Marreiros, 134, filha de João Pinto Martins e de dona Maria Antonieta Lassance Pinto Martins.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 25 de abril de 1958.

E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, Oficial substituto

de casamentos nesta Capital, assino. — Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 21.503 — 26/4 e 3/5/58)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Amyntor de Paula Cavalcante e a senhorinha Edmea Rego Barros.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, médico, domiciliado nesta cidade e residente à Av. Senador Lemos, n. 37, filho de José Cavalcante Filho e de dona Rosa Soares Cavalcante.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, farmacêutica, domiciliada nesta cidade e residente à trav. 14 de Abril, 421, filha de Pedro do Rego Barros e de dona Francisca Bezerra Barros.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 25 de abril de 1958.

E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, Oficial substituto de casamentos nesta Capital, assino. — Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 21.504 — 26/4 e 3/5/58)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Benjamim Muniz de Melo e a senhorinha Elvira Rosa Corrêa Perez.

Ele diz ser solteiro, natural de Pernambuco, Condado, militar, domiciliado nesta cidade e residente na 2.ª Companhia R. de Fuzileiros Navaes, filho de Odon Muniz de Mendonça e de dona Maria Leopoldina de Mendonça.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à rua O' de Almeida, 480, filha de José Otero Perez e de dona Anselmina Araújo Perez.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 24 de abril de 1958.

E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, Oficial substituto de casamentos nesta Capital, assino. — Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 21.394 — 25/4 e 2/5/58)

COMARCA DA CAPITAL

Citação

O Doutor João Gualberto Alves de Campos, Juiz de Direito da 1.ª Vara e privativa de Orfãos, Interditos e Ausentes, desta Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará.

Faço saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo Cartório do escrivão que este subcreve, se processou a arrecadação dos bens deixados por falecimento de Eduardo Lobo Castela Branco, cujo óbito ocorreu nesta cidade há muitos anos, sem ter deixado herdeiros presentes ou conhecidos, nem testamento, pelo presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume, e, por cópia publicada seis (6) vezes, com intervalo de trinta (30) dias, CITA os herdeiros sucessores e credores do "de cujus", para no prazo de

seis (6) meses, que correrá da data da primeira publicação do presente edital, se habilitarem no referido processo de arrecadação do Terreno Edificado nesta cidade, à Rua General Gurjão n. 3, ângulo da Travessa Padre Eutíquio, medindo vinte e sete metros de frente por quatro metros e setenta e cinco centímetros de fundos (27.00ms. x 4.75ms).

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, manda expedir o presente edital na forma da Lei.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito. Eu, Odon Gomes da Silva, Escrivão o escrevi.

(a.) João Gualberto Alves de Campos, Juiz de Direito da 1.ª Vara e privativa de Orfãos, Interditos e Ausentes.

(G. — Dias 12/2; 12/3; 12/4; 12/5; 12/6 e 12/7/58).

CARTÓRIO ELEITORAL DA 29.ª ZONA

Edital de comunicação

O Escrivão Eleitoral da 29.ª Zona, comunica aos eleitores abaixo relacionados, que se acham lotados na 20.ª A Secção desta 29.ª Zona que funcionará na "Sociedade Beneficente Santíssima Trindade" passarão a votar na 31.ª Secção A, que funcionará no "Instituto Evandro Chagas" Sala B.

Raimundo Nonato de Oliveira, 6.774; Raimundo Cosme da Silva, 6.493; Raimundo Moura da Silva, 6.698; Raimundo Santa Brígida de Melo, 6.444; Raimunda Dias dos Santos, 6.322; Raimundo Batista de Oliveira, 6.148; Sirléia Cristo Moreno, 6.715; Sebastião Chaves da Silva, 5.746; Servulô da Silva Costa, 6.894; Sabina Mamedes dos Santos, 6.759; Sebastiana Gomes de França, 6.156; Sebastião Amaro da Silva, 6.103; Suzana Aflalo da Silva, 6.814; Sebastião Pereira Alves, 5.911; Terezinha de Jesus Melo Ribeiro, 7.733; Terezinha Neves de Souza, 6.462; Tereza Carmo da arte, 5.783; Terezinha de Jesus Santos, 5.824; Terezinha Santos da Costa, 6.907; Virson Pará Pantoja, 6.494; Venancio Pinheiro de Almeida Filho, 5.783; Virginia Nazaré da Silva, 6.471; Virgílio Pereira Negrão, 6.889; Vicente Ferreira da Silva, 6.888; Wilson Gonçalves Chaves, 6.953; Walfrido Beltrão da Vera Cruz, 6.839; Wilson Mariano Nascimento Beckman, 6.326; Waldir José do Nascimento, 6.057; Waldir Rodrigues Soares, 7.154; Walter Nascimento Meguins, 6.913; Waldemar Amaro Mateus, 6.865; Waldemar Lira, 6.875; Waldir Mateus de Lima, 5.988; Ubirajara Lima, 5.984; Zoé de Sousa Oliveira, 6.104; Zebina Moraes, 6.970; Zulmira Damasceno Pereira, 6.224; Zilda Barbosa Silva, 6.118.

Outrossim, ficam os eleitores referidos, convidados a comparecer a esta 29.ª Zona, na parte da tarde a fim de fazer a anotação nos respectivos títulos.

Belém, 8 de abril de 1958. — (a.) Arnanildo do Amaral Sá, Escrivão da 29.ª Zona.

(G. — 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30/4; 1, 3, e 4/5/58)